

FACULDADE DE INHUMAS – FACMAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO
FORMAIS – UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL
DE PIRENÓPOLIS - COEPI**

INHUMAS – GO

2022

ANA LAURA LOPES FRANCO

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO
FORMAIS - COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS -
COEPI**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado, da Faculdade de Inhumas - FacMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Dostoiowski Champangnatte.

INHUMAS – GO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA CORA CORALINA - FacMais

F825e

FRANCO, Ana Laura Lopes
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO
FORMAIS – UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL DE
PIRENÓPOLIS - COEPI. Ana Laura Lopes Franco. – Inhumas: FacMais, 2022.

82 p.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Educação Superior de Inhumas -
FacMais, Mestrado em Educação, 2022.

“Orientação: Dr. Dostoiowski Champagnatte”.

1. Educação Patrimonial; 2. COEPI; 3. Pirenópolis; 4. IPHAN. I. Título.

CDU: 37

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS –
UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS -
COEPI**

**Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação,
da Faculdade de Inhumas – PPGE/FACMAIS, aprovada em 21 de setembro de 2022.**

BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 DOSTOIEWSKI MARIATT DE OLIVEIRA CHAM
Data: 05/05/2023 10:39:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte
Presidente da Banca
Faculdade de Inhumas - FacMais

Documento assinado digitalmente
 CRISTYANE BATISTA LEAL
Data: 05/05/2023 12:22:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Cristyane Batista Leal
Membro Convidado Interno
Faculdade de Inhumas- FacMais

Documento assinado digitalmente
 JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA
Data: 11/05/2023 09:40:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima
Membro Convidado Externo
Universidade Estácio de Sá - Unesa

DEDICATÓRIA

Honro o fechamento deste ciclo dedicando a minha dissertação em primeiro lugar a minha bebê Lara, que se foi ainda tão pequenina, agradeço ao Celmar, que foi quem confiou e acreditou em mim desde o primeiro dia; aos amigos pela paciência com minha ausência, em especial a Marielzy e Dheny, que sempre se prontificaram a estar presentes até mesmo em viagens para pesquisa e estudo; e a minha mãe Suely, que sempre parou tudo para me orientar com dicas valiosíssimas para ingresso e finalização deste mestrado, que sempre esteve ao meu lado compartilhando sua experiência de forma construtiva. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar me permitindo ter mais uma conquista na minha vida profissional e acadêmica, agradeço aos familiares e amigos pela paciência nos ápices de stress. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Dostoiowski Champangnatte por tanta ajuda e por compartilhar tantos conhecimentos comigo.

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa, a Comunidade Educacional de Pirenópolis-COEPi, é um fato sócio-histórico. A referida cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1989 como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico e, a partir desse momento, passou a receber investimentos do poder público, em parceria com instituições privadas, para impulsionar o turismo na região. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram de abordagem qualitativa, classificados como exploratórios e descritivos. A coleta de dados ocorreu por meio das pesquisas bibliográfica e documental, sendo empregada a técnica da análise de conteúdo. A educação patrimonial é um instrumento de 'alfabetização cultural', sendo ação fundamental para a preservação do patrimônio. Se esse processo não se realiza, o apoio da sociedade para a preservação desses bens não ocorre, bem como a manutenção da memória coletiva, e a própria sociedade rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público. Dessa forma, são essenciais trabalhos de educação patrimonial, para que a população se conscientize que, para a preservação, são necessárias políticas de preservação. Assim, esta pesquisa pretende responder indagações como: qual aceção e importância da educação patrimonial? como podemos mostrar a necessidade de valorizar e preservar a história do patrimônio, como ênfase a COEPi? e confirmar que a educação patrimonial é um processo capaz de contribuir significativamente para a preservação da história.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, COEPi, Pirenópolis, IPHAN

ABSTRACT

This dissertation, presented as a partial requirement for obtaining the title of Master in Education, is linked to the Research Line Education, Culture, Theories and Pedagogical Processes of the Graduate Program in Education, Inhumas College - FacMais. The object of study of this research, the heritage education, is a socio-historical fact. The city was listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional in 1989 as an architectural, urban, landscape and historical ensemble and, from that moment on, began to receive investments from the public authorities, in partnership with private institutions, to boost tourism in the region. The methodological procedures of this research were essentially qualitative in approach, classified as exploratory and descriptive. Data collection took place through bibliographic and documental research, using the technique of content analysis. Heritage education, without a doubt, is an instrument of 'cultural literacy', it is a fundamental action for the preservation of heritage. Lack of knowledge about the importance they have for the maintenance of collective memory, does not value, and mainly, rejects the preservation measures imposed by the public power. The Heritage education works are essential, so that the population becomes aware that for real preservation, special policies are necessary. Thus, this research intends to answer the following question: what is the meaning and importance of heritage education and how can we show the notability of the habit of valuing and preserving the history of heritage, emphasizing the Educational Community of Pirenópolis- COEPI? The Heritage education is a process capable of contributing significantly to the preservation of history.

Keywords: heritage education, COEPI, Pirenópolis, IPHAN

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização da Cidade de Pirenópolis - GO.....	4
Figura 2- Ponte Velha- Rio das Almas	5
Figura 3- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário entre 1728 e 1732.....	54
Figura 4- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário após restauração em 1997.....	54
Figura 5- Igreja de Nossa Senhora do Carmo.....	55
Figura 6- Igreja de Nosso Senhor do Bonfim.....	55
Figura 7- Cinema Pireneus	56
Figura 8- Teatro Pireneus	56
Figura 9- Casa de Câmara e Cadeia.....	57
Figura 10- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário durante o incêndio em 2002.....	58
Figura 11- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário durante a reconstrução após o incêndio em 2002.....	58
Figura 12- Cavalhadas de Pirenópolis - Festa do Divino Espírito Santo...	60
Figura 13- Fazenda Babilônia.....	62
Figura 14- Barreiras de Madeira na Rua Direita	64
Figura 15- Entrada Comunidade Educacional de Pirenópolis - COEPI.....	66
Figura 16- Oca da Terra na COEPI- Exterior e Interior.....	68
Figura 17- Oca da Terra.....	68
Figura 18- Sala Ipê.....	69
Figura 19- Sala Pequi.....	69
Figura 20- Sala Baru	71
Figura 21- Coreto.....	71

LISTA DE SIGLAS

AC- Associação das Cavalhadas
AGETUR- Agência Estadual de Turismo do Estado de Goiás
APA- Área de Preservação Ambiental
APLAM- Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música
CEDUC- Coordenação de Educação Patrimonial
CIAM- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CF- Constituição Federal
CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural
COEPI- Centro Educacional de Pirenópolis
DAF- Departamento de Articulação e Fomento
DPHAN- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBPC- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTUR- Ministério do Turismo
ONU- Organização das Nações Unidas
PPS- Processos Psicológicos Superiores
PTP- Portal do Turismo de Pirenópolis
SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SOAP- Sociedade dos Amigos de Pirenópolis
UC's- Unidades de Preservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I	16
Recortes históricos da Educação Patrimonial - Histórico, Conceitos e Processos	16
1.1- As primeiras manifestações da educação patrimonial	16
1.2 - O Processo de institucionalização da Educação Patrimonial	29
1.3 - Os mecanismos da Educação Patrimonial - UNESCO, IPHAN, tombamento e Pirenópolis	32
Capítulo II	40
Educação em lugares não formais - Conceitos de educação formal, não formal e informal	40
2.1 A educação Patrimonial e os espaços não formais	43
Capítulo III	47
Configuração e Organização da educação Patrimonial em Pirenópolis	47
3.1- Pirenópolis- Uma possibilidade como modalidade de educação patrimonial	47
3.2 - Dados Estatísticos de lugares tombados em Pirenópolis	62
3.3 - Estrutura e organização do espaço físico, administrativo e pedagógico da COEPI	68
Considerações Finais	74
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

“O passado não reconhece seu lugar: está sempre presente...”

Mario Quintana

No contexto do Mestrado, após ter decidido pesquisar sobre Educação Patrimonial, em minhas primeiras pesquisas, deparei-me com uma matéria que tratava sobre esse assunto e mostrava a educação patrimonial como um alicerce para as próximas gerações compreenderem seu passado, sua história e principalmente sua cultura. Essa designação de educação patrimonial me levou a uma reflexão sobre o que seria esse tema em toda sua amplitude e, ainda, que ele me proporcionaria desvendar esse mundo tão distante e, ao mesmo tempo, tão presente na atualidade, porém, ainda tão pouco discutido nos espaços onde a comunicação e a educação formal se disseminam. A matéria tratava sobre Patrimônio: “Educação patrimonial é aprender com o mundo e a cultura que construímos.” No entanto, não foi somente o título que me chamou atenção, foi todo o desenvolvimento e a clareza das informações contidas no enunciado e na matéria, em especial o primeiro parágrafo:

Uma gíria, um modo de afinar um cavaco, um caso, uma história de pescador. Uma velha construção, uma receita de bolo de fubá com erva doce, um bom lugar para pescar. Uma feira, uma rua, uma cadeira, um quadro, uma celebração, uma paisagem, uma velha canção de trabalho, uma cantiga de ninar. Um museu, uma canção de rap. Tudo isso – e esse inventário nunca para de crescer – faz parte do patrimônio cultural brasileiro, segundo nossa Constituição Federal, de 1988.

Nesse sentido, Sônia Rampim Florêncio¹, Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, afirma que “todo lugar tem cultura, todo lugar tem patrimônio cultural, ele é o que faz nós sermos o que somos. Quando você traz esse aprendizado para uma área vulnerável,

¹ Sônia Regina Rampim Florêncio é graduada em Ciências Sociais, especialista em Sociologia Rural e em Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social e mestre em Educação. Atualmente é coordenadora de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

por exemplo, você combate preconceitos e intolerâncias, você mostra que não existe só uma maneira de viver no mundo, só um jeito certo” .

De forma mais objetiva, para o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico), apresenta o seguinte conceito relacionado ao tema em questão:

“(…) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.” (IPHAN)

Já a Constituição Federal, de 1988 cita o Artigo 216 que fundamenta, apresentando como base o que se constitui patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Com a Constituição Federal de 1988 criaram-se as legislações patrimoniais e a Carta Constitucional, releituras das propostas modernistas e conceitos modernos internacionais, valorizando a cultura imaterial. O Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) é criado para defesa da cultura nacional, com caráter preservacionista, é o responsável pelo inventário e registro dos bens culturais imateriais.

O patrimônio é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade e muitas vezes se perde por falta de

incentivo ou pela dificuldade em manter a identidade da comunidade, que sofre com mudanças e interferências da globalização.

Após a segunda guerra mundial, foram unificados conceitos e critérios de para defesa do patrimônio, foi elaborado um documento conhecido como Carta de Atenas, considerada um marco na definição das diretrizes para a questão de reconstrução de edificações deterioradas.

Para maior compreensão dos fatos nesta pesquisa, vamos voltar ao ano de 1933, ano em que foi apresentada a Carta de Atenas como documento de compromisso, redigido e assinado por grandes arquitetos e urbanistas internacionais do início do século XX, entre os quais se destaca Le Corbusier. A Carta foi redigida como conclusão do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que teve lugar em Atenas, na Grécia, em outubro de 1931. Ao dar linhas de orientação sobre o exercício e o papel do urbanismo dentro da sociedade, serviu de inspiração à arquitetura contemporânea. Mas qual a importância dessa carta para o Patrimônio?

A *Carta de Atenas*² trata ainda do patrimônio histórico das cidades, decretando que os valores arquitetônicos devem ser mantidos, respeitando-se a personalidade e o passado próprios da cidade. Se a presença desse patrimônio for prejudicial, este será destruído e deve dar lugar a áreas verdes, pois mesmo que destruindo um ambiente secular, bairros vizinhos se beneficiarão dessa mudança. Mas se ele possui algum tipo de valor, buscam-se outras soluções, dessa maneira, sua conservação não deve acarretar o sacrifício de populações

² Existem várias versões da Carta de Atenas: a primeira corresponde a ata do IV CIAM, publicada, em 1933, nos Anais Técnicos da Câmara Técnica de Atenas, a segunda, de 1941, foi publicada por Le Corbusier onde foram acrescentadas tópicos e ênfases que refletiam a sua maneira de encarar as questões. A terceira versão foi publicada em 1942, nos Estados Unidos como parte da obra de José-Luis Sert – *Can Our Cities Survive*, e a quarta versão, publicada em holandês confrontava o texto de Corbusier com as atas das conclusões do IV Congresso. In: LE CORBUSIER, 1993, s/n Segundo Nigro (2001), a Carta de Atenas, de 1931, seguindo preceitos urbanísticos modernos, constitui o primeiro documento significativo que destaca a necessidade de salvar monumentos de sua destruição. Contudo, elaborada no entre guerras, período de grande preocupação com os conflitos bélicos e com o rápido crescimento urbano, a Carta de Atenas apresenta um conceito de patrimônio extremamente restritivo e seletivo, ao tratar o monumento isolado em prejuízo ao conjunto urbano. Conforme Funari e Pelegrini (2006: 21-22): “A ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Alguns exemplos (...) mostram como mesmo os vestígios mais distantes, no tempo e no espaço, podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade. (...) os italianos usavam os vestígios dos romanos para construir uma identidade calcada nesse patrimônio, restaurado, glorificado, exaltado como exemplo do domínio do mundo pelos romanos e seus herdeiros (...) Na Alemanha nazista (...) usavam-se vestígios dos germanos, considerados antepassados dos alemães, encontrados em territórios de outros países, como a Polônia, para justificar reivindicações territoriais e invasões militares.”

mantidas em condições insalubres, por exemplo. O escrito prega que não se poderão empregar estilos antigos em novas construções sob hipótese nenhuma, para que se evite uma reconstituição fictícia, já que a intenção primitiva é a preservação.

Levando em consideração a referida matéria da revista, a Carta de Atenas e o módulo da sobre a valorização do patrimônio do Rio de Janeiro sobre a ótica dos professores da educação básica, da disciplina de “Educação, Cultura e Diversidade- debates intermitentes” ministrada pelas professoras Dra. Cristyane Batista Leal e Dra. Elianda Figueiredo Tiballi, pude chegar à decisão de que a educação patrimonial seria o objeto desta pesquisa. Nesse sentido, uma das finalidades deste estudo é aliar a minha paixão por desvendar e compreender a história das coisas e principalmente o amor por viagens repletas de histórias e memórias, sempre com um carinho especial pela cidade de Pirenópolis - Goiás, aos estudos investigativos necessários para a elaboração da Dissertação a ser apresentada para conclusão do mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da FacMais, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos. Além disso, percebi que há uma necessidade científica e social de dar publicidade às complexidades da educação patrimonial, uma vez que há pouco conhecimento dessa temática tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral.

Para dar início a este estudo investigativo realizei um levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da CAPES a partir dos descritores: “educação patrimonial”, “educação patrimonial e memórias”, “Pirenópolis”, “carta de Atenas” e “COEPI”.

O levantamento inicial, realizado no repositório de teses e dissertações da CAPES, sem definição da área de conhecimento, identificou um total de 195.666 trabalhos para o tema “educação patrimonial”, no descritor “educação patrimonial e memórias” foram encontrados 1.350.725, 112 para a cidade “Pirenópolis”, “carta de Atenas” 1.370.492, e “COEPI” não registrou teses e dissertações.

Em outro levantamento realizado no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – BDTD/ IBCT, foram localizados 496.544 trabalhos com o descritor “educação patrimonial e memórias”, 101 trabalhos usando o descritor

“Pirenópolis” e 58 para a busca por “COEPI”, mas nenhum trabalho analisa as finalidades desta pesquisa.

Assim, esta pesquisa pretende responder às seguintes indagações: qual acepção e importância da educação patrimonial? Como podemos mostrar a necessidade de valorizar e preservar a história do patrimônio, enfatizando a Comunidade Educacional de Pirenópolis- COEPI?

Esses questionamentos deverão nortear a realização desta pesquisa, que tem como premissa o entendimento de educação patrimonial, buscando identificar e refletir sobre a importância de se trabalhar esse tipo de educação junto à sociedade, com vistas à preservação do patrimônio, além de verificar se a educação patrimonial é um processo capaz de contribuir significativamente para a preservação da história.

Esse foi, portanto, o caminho que se buscou trilhar nesta pesquisa para a compreensão dos dispositivos legais e das práticas educativas que remontam a história da educação patrimonial.

Capítulo I

Recortes históricos da Educação Patrimonial - Histórico, Conceitos e Processos

Este capítulo tem o propósito de investigar o processo e os conceitos históricos da institucionalização da educação patrimonial, apresentando as primeiras manifestações desse tipo de educação e trazendo informações sobre tombamento, UNESCO e IPHAN.

Conhecer conceitos, processos e as manifestações referidas contribui com a pesquisa, à medida que, munidos dessas informações, é possível compreender melhor todo o contexto em que se insere a educação patrimonial e a necessidade de preservação do patrimônio.

1.1- As primeiras manifestações da educação patrimonial

O patrimônio é compreendido como a objetivação da produção histórico-social da humanidade, e, portanto, necessita ser socializada, o que é o objetivo da educação patrimonial. A socialização e a apropriação do patrimônio integram a formação genérica do ser humano (DUARTE, 1993), e o alijamento dos homens em relação ao patrimônio é indício de um processo desumanizador. Um pensamento similar ao que a UNESCO apresenta, em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, afirmando que a destruição de um patrimônio “ constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo”.

No Brasil, os órgãos de preservação, tais como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e seus similares estaduais e municipais são responsáveis pela gestão de grande parte dos bens históricos, culturais e ambientais, tendo de buscar alternativas de sustentabilidade financeira. Entretanto, a proteção do Patrimônio Cultural teve uma longa trajetória: a I Guerra Mundial deixou um largo espectro de destruição e destroços. A atividade de restauração, que passou a ser promovida em toda a Europa depois da I Grande Guerra, demonstrou a falta de conhecimento

técnico necessário para a empreitada. A partir dessa ocasião, foi acentuada a discussão sobre a necessidade de cooperação entre as nações, bem como a necessidade de se desenvolver uma consciência mundial sobre os bens culturais e sua preservação. Nesse sentido, as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e os Estados têm desenvolvido todo um esforço para a regulamentação, preservação e conservação dos bens culturais.

Ocorreram várias reuniões, convenções, colóquios e seminários internacionais, dos quais surgiram cartas, resoluções, normas e declarações, recomendações e convenções que vieram a consolidar o entendimento sobre o patrimônio material e imaterial. Foram discutidas políticas públicas e intervenções com a utilização de recursos socioeconômicos. Bens culturais passaram a ser inventariados, cursos e disciplinas começaram a ser elaborados em instituições de ensino, fomentando o aperfeiçoamento de peritos e profissionais na área de patrimônio. Nesse sentido, vários documentos foram elaborados, demonstrando a sua complexidade e importância.

Em 1890, foram aprovados pela I Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, dois projetos de convenções para a proteção de bens culturais: um tratado sobre a proteção de instituições científicas e artísticas e monumentos históricos, ou Pacto Roerich³, e um tratado sobre a proteção de bens móveis de valor histórico contra o tráfico ilícito.

O Pacto Roerich proclamava o respeito e a proteção aos monumentos históricos, museus e instituições científicas, artísticas, educativas e culturais, tanto em tempo de paz como de guerra. Os países participantes assumiram o compromisso oficial de respeitar as decisões internacionais referentes à neutralidade e à proteção do patrimônio cultural, artístico e científico.

³ Tratado de Roerich – Pacto de Roerich ou Pacto de Washington. Até a atuação da Unesco em patrimônio, com exceção do Pacto Roerich (1935), não existiam convenções internacionais que se dedicassem especialmente para a proteção desses tipos de bens. O Pacto de Paz de Nicholas Röerich continua em vigor. Ele foi primeiramente aceito por vinte e uma nações das Américas e assinado como tratado de União Cultural na Casa Branca, na presença do Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 15 de abril de 1935, por todos os membros da União Panamericana. Mais tarde, foi igualmente assinado por outros países. Trata-se de um tratado que tem como fim levar a efeito o fato de que os tesouros da cultura sejam respeitados e protegidos em época de guerra ou de paz (INSTITUTO ROERISCH. Pacto de Roerich (1935). (Disponível em: <http://roerich.org.br/portal/pacto-roerich/> Acesso em: 20 de março de 2022).

Essa Conferência motivou direta ou indiretamente várias outras ações e conquistas, tais como as Convenções de Haia⁴, as Cartas de Atenas e, mais tarde, a organização da UNESCO. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) é uma organização internacional de caráter governamental, criada em 1945 durante a Conferência de Londres, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em promover uma política de cooperação cultural e educacional.

Em Haia, o representante brasileiro foi o arquiteto Renato Soeiro, que exercia na época o cargo de chefe da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN. O representante brasileiro, braço direito do então diretor da DPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, já vinha acompanhando as informações trocadas por meio de correspondências entre o órgão brasileiro e a Unesco. Além disso, é importante ressaltar que a preocupação da direção da DPHAN em proteger os bens culturais em tempos de guerra já era assinalada anos antes, a exemplo do ofício encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde, provavelmente resultado de conversas entre os técnicos da instituição:

Um plano de proteção aos valores de arte e de história do nosso país contra os riscos de guerra requer, preliminarmente, o inventário mais completo possível dos bens cuja defesa cumpre assegurar. Sucede, entretanto, que esse inventário, longe de estar concluído, exige ainda extensas pesquisas e estudos para se tornar mais ou menos satisfatório. Especialmente no tocante a bibliotecas, arquivos e bens móveis de valor histórico, pode dizer-se que o seu inventário ainda está por fazer, na maior parte... No entanto, atendo-se que não existem entre nós técnicos especializados senão em número reduzido e ponderando-se que os meios de transporte e o material

⁴ Na Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (Convenção de Haia), realizada em 1954, que aparece de forma clara e objetiva a expressão bens culturais, quando elaborado um conclave especificamente para debater esse assunto. Fundamentada pela Convenção de 1954, a terminologia em pauta não só passou a figurar nas normas consensuais dos mais de noventa Estados que até hoje assinaram o referido conclave, como também se tornou referência fundamental sobre o tema, ainda que continue a sofrer reformulações e a inserir novos protocolos. Nessa perspectiva, segundo o professor Jean-Marie Henckaerts, estudioso da Convenção de 1954, “O conceito de bens culturais inclui museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, e monumentos de importância arquitetônica, artística e histórica, seja religioso ou secular”. Convém pontuar, entretanto, que foi um longo percurso até a obtenção desse resultado. Cada documento internacional previamente aprovado priorizou ou reafirmou uma definição de bem cultural até a sua posterior formalização. Nas convenções anteriores esses termos estavam parcialmente presentes, associados a outros temas, agrupados em artigos que se ocupavam de objetos de natureza variada, para proteger itens pertencentes a diferentes áreas de conhecimento ou de expertises – muitas vezes nomeados apenas como propriedades particulares ou Estatais – que englobavam determinados edifícios e objetos relacionados às artes, à ciência e à educação. Tal terminologia poderia incluir outros ramos de conhecimento, quando envolvesse arquivos, bibliotecas e coleções.

fotográfico são atualmente escassos, chega-se à conclusão de que a execução da tarefa necessária não poderá deixar de ser muito demorada. Em tais condições, recomendar-se-ia que, desde logo, fossem realizados estudos para elaboração de um plano de proteção de valor histórico e artístico que já tenham sido inventariados. Quanto a esses, segundo as sugestões do Committee on Conservation of Cultural Resources, cumpriria classificá-los em três categorias: 1º – aqueles cujo valor excepcional reclama a sua preservação mesmo a custa de despesas avultadas; 2º – aqueles cuja perda, embora séria, não poderia ser considerada prejuízo irreparável; 3º – aqueles cuja perda não teria consequências importantes [...] subdividi-los em bens móveis e imóveis [...] Mas, como faltam a esta repartição elementos idôneos para proceder a tal apuração, haveria necessidade das autoridades militares competentes lhe transmitirem informações no sentido de habitá-la a ficar ciente das áreas do território nacional mais provavelmente ameaçadas pelas consequências do estado de guerra. Obtidas que fossem essas informações, haveria mister da Secção Técnica deste Serviço dedicar-se unicamente aos estudos necessários para elaboração dos projetos de proteção dos monumentos situados nas áreas ameaçadas, com sacrifício de todos os demais encargos normais da repartição. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1944, [n.p.], grifos nossos).

Ainda que os termos empregados no século XIX sejam menos complexos do que aqueles encontrados posteriormente, ao final da Segunda Guerra – sobretudo na Convenção de Haia de 1954, assinada pelo Brasil –, são relevantes por dar início a um processo de reconhecimento internacional dos valores intrínsecos aos objetos, por suas características artísticas, estéticas ou científicas, mesmo que pertencentes a culturas de diferentes países. Esses registros, em sua forma simplificada e agrupada com instituições humanitárias, de ciências e arte, representam na segunda metade do século XIX e início do XX o reconhecimento cada vez mais urgente da necessidade de impor regras ao uso da violência contra o oponente no caso de guerras – o início de um direito internacional humanitário e da proteção dos bens culturais, ainda que esses últimos não figurassem entre as principais preocupações dos documentos acordados, como afirmamos anteriormente. No mesmo ano em que Francis Lieber elaborou o manual com instruções para a guerra civil americana, no governo de Abraham Lincoln, documento que serviu de modelo internacional, paralelamente, na Suíça, foram formuladas as primeiras discussões que deram origem à Cruz Vermelha e que se desdobraram nas chamadas Convenções de Genebra⁵. Ao todo foram quatro convenções, entre 1864

⁵ O escopo da Convenção de Genebra refletia as preocupações do próprio CICV [Comitê Internacional da Cruz Vermelha] que se centravam nas necessidades das vítimas da guerra. Mas no

e 1949, com vários protocolos adicionais posteriores, que definem as bases do direito internacional humanitário.

Tendo em vista a necessidade de proteção aos bens patrimoniais foi criada a Carta de Atenas de 1931, para trazer instruções sobre o restauro e preservação do patrimônio, além do fortalecimento dos órgãos responsáveis por tais atos. O documento de compromisso foi datado de 1933, redigido e assinado por grandes arquitetos e urbanistas internacionais do início do século XX, entre os quais se destaca Le Corbusier. A Carta foi redigida como conclusão do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que teve lugar em Atenas, na Grécia, em outubro de 1931. Ao dar linhas de orientação sobre o exercício e o papel do urbanismo dentro da sociedade, serviu de inspiração à arquitetura contemporânea. Mas qual a importância desta carta para o Patrimônio?

A Carta de Atenas estabelecia a necessidade de respeito à comunidade do entorno das áreas tombadas, pesquisadas ou gerenciadas como ponto turístico, e afirmava que “um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social”, mas defendia em alguns casos a demolição dos cortiços ou casas insalubres nas adjacências de monumentos significativos. A Carta era enfática ao afirmar que “o interesse privado está subordinado ao interesse coletivo”. Com a Conferência de Atenas teve início, por exemplo, a aceitação do método arqueologista como o mais adequado para a restauração de monumentos. Segundo Carlos Lemos, nesse método: aceita tão-somente a pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas, mas aceita aproveitamento de espaços através de obras modernas (LEMOS, 2004, .p.).

Contudo, a Carta de Atenas põe em voga diretrizes (discutíveis) para a preservação de patrimônio e no próprio trato com o território das cidades. Nega-se, na Carta, o valor da manutenção dos centros históricos, dos conjuntos urbanos. Esse documento propunha a preservação de edifícios isolados, construções significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes. Segundo Nigro (2001), o caráter monumentalista perdura como hegemônico até a disseminação das renovações urbanas, no pós-guerra, quando surge e se difunde a noção de preservação dos centros históricos das cidades. Esse

final do século XIX, em um fluxo de lei separado, os governos começaram a introduzir regras internacionais (as Convenções de Haia) que regem a maneira como as guerras eram conduzidas.

processo guarda a valorização de lugares representativos de formações sociais nacionais.

São duas Cartas de Atenas, uma escrita em 1931 e outra em 1933, que exprimem ideias importantes quanto à preservação do patrimônio e ao novo urbanismo.

A primeira contou com o Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações trazendo para discussão questões das principais preocupações da época, que envolviam a legislação, as técnicas e os princípios de conservação dos bens históricos e artísticos. Nesse sentido, o documento mostra a necessidade tanto de organizações que trabalhem na atuação e consultas relacionadas à preservação e restauro dos patrimônios, como de legislação que ampare tais ações, garantindo o direito coletivo (IPHAN – Carta de Atenas, 1931).

Já a Carta de Atenas de 1933 envolve questões das novas cidades no período de grande crescimento urbano. Resultado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), esse manifesto teve como tema principal a cidade funcional e contou com renomados arquitetos e urbanistas, dentre eles Le Corbusier. Foi debatido o “Urbanismo Racionalista”, levando em pauta o planejamento regional, a infraestrutura, a utilização do zoneamento, a verticalização das edificações, bem como a industrialização dos componentes e a padronização das construções, buscando novos rumos para o urbanismo (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

Até hoje, a Carta de Atenas continua sendo um importante ponto de referência para qualquer estudo ou reunião sobre o patrimônio mundial ou local. Embora suas definições tenham sofrido aprimoramentos com o passar dos anos, a essência de seus valores continua impregnando o universo das discussões e decisões sobre os bens culturais em todo o planeta.

O Brasil iniciou tardiamente a ação pela salvaguarda dos bens artísticos e culturais. Como foi lembrado, somente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, iniciou-se uma discussão mais sistematizada sobre a importância da riqueza cultural do país. Apenas durante o Estado Novo, surge o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN– órgão do Estado responsável pela área cultural. É no governo de Vargas, mediante a ação de Gustavo Capanema à frente do Ministério de Educação e Saúde, que se instituiu o princípio do tombamento de bens históricos

integrantes do patrimônio cultural nacional, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/37⁶.

Coube a Mário de Andrade, autor de decreto que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), definir os rumos da cultura para o moderno Estado Brasileiro. Nesta tarefa Mário de Andrade contou com a colaboração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Desdobramentos de ações foram sentidos, por exemplo, na inclusão de cidades históricas e no tombamento de bens culturais (BANDEIRA, 19??, n.p.). As cidades brasileiras inscritas desde então,

⁶ O CAPÍTULO I trata DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

foram Ouro Preto (MG), Congonhas (MG), Olinda (PE), Salvador (BA), São Luís (MA), Diamantina (MG), Goiás, hoje Goiás Velho (GO) e Brasília (DF).

A obrigatoriedade do Poder Público em proteger os bens culturais se deu a partir da Constituição Federal Brasileira de 1934, que favorecia o bem coletivo sobre o privado, e a devida punição para aqueles que desrespeitassem os bens culturais.

O início da história preservacionista brasileira pode ser localizado anterior à criação do órgão de proteção dos bens patrimoniais em 1937⁷. No ano de 1933, o então Presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954) promulgou a Lei Federal nº 22.928 que, entre outras atribuições, erigia a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Após um ano, o governo federal determinou com o parágrafo nº148 da Constituição de 1934 que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Sinalizada na Constituição a emergência de se proteger o patrimônio cultural brasileiro, faltava formular uma legislação específica que atendesse as necessidades preservacionistas da década de 1930. Com isso, Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação, entre os anos de 1934 a 1945, do governo de Getúlio Vargas, encomendou ao diretor do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, Mário de Andrade⁸ (1893-1945), o esboço de um projeto destinado à defesa dos bens nacionais.

⁷ O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nesses quase 80 anos de atuação preservacionista mudou algumas vezes de sigla ao acompanhar as mudanças institucionais e as alterações no cenário político. Por exemplo, em 1937 foi criado para ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Durante a atuação do Presidente Fernando Collor de Mello o órgão preservacionista transformou-se no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e, após o processo de impeachment e no governo do Itamar Franco recuperou a sigla habitual IPHAN (SANTOS, 16:2001).

⁸ Mário de Andrade ficou conhecido como o “turista aprendiz” ou “viajante observador” (HECK, 2002) por ter viajado para vários lugares do interior do país e realizado diversos registros daquilo que entendia como cultura brasileira. Parte dessa experiência pode ser contemplada no livro intitulado O Turista aprendiz, lançado em 1976, reeditado e relançado pelo IPHAN em 2015. O escritor esboçava sua admiração tanto para as obras neoclássicas como para os saberes populares, por isso, foi considerado uma personalidade emblemática, “um poeta, romancista, pesquisador, etnógrafo, musicólogo, professor, ensaísta e documentarista, fomentador das artes e da cultura popular e inventor de políticas públicas” (WEFFORT, 2002).

Como já foi dito, patrimônio pode ser definido como a concretização da produção histórico-social da humanidade que precisa ser socializada e apropriada, sendo esses os objetivos da educação patrimonial. De forma mais objetiva, o patrimônio, em especial o patrimônio cultural, objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta das ações das pessoas em sociedade. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divide em três os tipos de patrimônio cultural: Monumentos, Edificações e Sítios.

A partir da visão de que todo monumento é percebido como um documento, ou seja, testemunha de uma intenção, sendo assim prova concreta que conta uma história e deve ser analisada como um quebra-cabeça, dando atenção aos seus detalhes e suas partes. Com o tempo, os significados dos monumentos se perdem, e novos precisam ser criados, surge então o termo “lugares de memória”, de Pierre Nora, que enfatiza que estes ambientes não possuem hoje o mesmo significado que tinham na época de sua criação, como acontece em cemitérios e santuários. Dessa forma, chega-se à máxima que patrimônio é tudo que porta referência aos diferentes grupos sociais formadores da nacionalidade. Segundo Martins (2004, p. 55), trata-se, de um processo educativo:

Consideremos, de partida, que a educação é um processo que não pode ser eliminado do desenvolvimento humano e uma das condições pelas quais o ser humano adquire seus atributos fundamentais ao longo do processo histórico social [...] A dinâmica apropriação-objetivação ocorre sempre em condições que são históricas, e, dessa forma, para que os indivíduos se objetivem como seres humanos, é preciso que se insiram na História (MARTINS, 2004, p.55).

A educação patrimonial é o termo dado à educação que acontece através e com o uso dos bens culturais disponíveis, como idas ao museu, e uso de cantigas e lendas folclóricas para educar. A aproximação entre cultura e educação se deu em 1970 com a aproximação do IPHAN com o CNRC, resultando na interação entre cultura e educação em projetos como o *Projeto Interação*, no qual diversas culturas eram usadas como metodologia. Para auxiliar as escolas e museus sobre como proceder no ensino de patrimônio para a população, o IPHAN disponibilizou o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que sustentou as metodologias educacionais durante muitos anos. Alguns dos projetos

pedagógicos para ampliação da educação patrimonial foram as *Casas do Patrimônio*, o *Programa Mais Educação* e o programa *Tesouros Humanos Vivos*.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, inculcir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

No mesmo ano em que o Brasil se tornava uma ditadura, o Decreto-lei nº 25 foi assinado por Getúlio Vargas criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o tombamento foi instituído como a principal ferramenta de preservação dos patrimônios da nação. A partir de então, iniciou-se a construção física e ideológica do órgão preservacionista brasileiro. Cabe expor que a incorporação da categoria imaterial permitiu a desconstrução de uma prática consolidada desde 1937, dada à circunstância da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e o Decreto-Lei supracitado. Compete mencionar aqui a Constituição de 1988 que, através do artigo 215, admitiu que todos os brasileiros eram produtores de cultura e garantiu a proteção das diversas manifestações culturais existentes no país. No mesmo momento, com o artigo 216⁹ citado anteriormente, determinou que o patrimônio cultural era constituído pelas naturezas materiais e imateriais. Com esse artigo, dilatou-se a concepção legal de patrimônio para além dos bens de pedra e cal e com o anterior alargou o termo cultura, uma medida basilar para um país que, até então, valorizava apenas a cultura chamada “erudita”. Contudo, após a sinalização no texto constitucional, tem-se um período de doze anos para o Ministério da Cultura instituir no dia 04 de agosto do ano de 2.000 o Decreto nº 3551, que determinou o registro (para além das práticas de tombamento) como um instrumento de proteção voltado para os bens imateriais.

⁹ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (BRASIL, 1988).

Durante a sua “fase heróica” (1937-1967)¹⁰, é possível afirmar que as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão.

Quarenta anos após a preparação e também a rejeição do anteprojeto modernista, os técnicos da chamada Fase Heróica do IPHAN trabalharam exaustivamente na execução do tombamento dos bens de pedra e cal do período colonial. Neste mesmo contexto, surgiu o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coordenado pelo designer Aloísio Magalhães (1927-1982) que, posteriormente, tornou-se Presidente do IPHAN entre os anos 1979 e 1982. Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro visavam o mapeamento dos “produtos brasileiros”, referências culturais que não eram abarcadas pela política do tombamento vigente no período. “Ao ser criado, em 1º de junho de 1975, o CNRC definia como seu objetivo o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980; Magalhães, 1985; Fonseca, 1997).

O CNRC iniciou suas atividades em junho de 1975, mediante convênio firmado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. Em termos amplos, sua proposta se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade cultural da nação.

¹⁰ A expressão “fase heroica” designa o período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte, MG, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1969). Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco. A respeito do assunto, ver FONSECA (2005) e MEC/SPHAN/FNPM (1980).

Em 1983, houve a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada, que iria se consolidar enquanto uma política pública patrimonial apenas nos anos 2000 com a institucionalização do Decreto nº 3.551¹¹, que criou o registro dos bens imateriais. O Ministro da Cultura Francisco Weffort (1995-2002), ao escrever o texto de abertura da edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dedicada a Mário de Andrade (2002), enfatizou que o modernista pode ser considerado o principal inspirador das políticas culturais da década de 1970 e dos anos 2000.

A palavra patrimônio pode ser historicamente localizada. A saber, a origem do termo decorreu das línguas românicas e se referia à herança passada por e para os membros de uma mesma pater. Caracterizavam-se nas heranças privadas e que pertenciam a um grupo pequeno de pessoas (FUNARI & CARVALHO, 2011). A palavra surgiu dos povos latinos antigos, mas a ideia, conforme é cunhada atualmente, foi uma concepção do período moderno, primordialmente os franceses. Isso quer dizer, que a prática de se preservar o passado foi inventada pelos Estados nacionais. Ao abordar o assunto, o museólogo e professor da UniRio Mário Chagas assim a descreve:

Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e

¹¹ Com a publicação do Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, os quais vêm implementando políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a valorização e o apoio sustentável aos chamados bens culturais de natureza imaterial. Desde então, ofícios e modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, cênicas, literárias e lúdicas), lugares onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas passaram a ser, de modo sistemático, objeto de inventários, de proposições de registros e de ações ou projetos de salvaguarda. Conforme define o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ocorrida em Paris, em 2003, a expressão patrimônio imaterial designa “[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (CURY, 2004, p. 373).

atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2007: p. 209).

Apresentou-se assim, as acepções sobre patrimônio ocorridas fora do âmbito institucional, mas que foram basilares para a nova concepção que passou a vigorar após a Constituição de 1988, que modificou o conceito de patrimônio ao incorporar a natureza imaterial. Compreender a trajetória do patrimônio brasileiro dentro e fora das ações oficiais do IPHAN se faz necessário na medida que este trabalho considera a perspectiva histórica do patrimônio e, por isso, mesmo passível de ser analisada como um processo cultural e como uma prática social (SMITH, 2006).

Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o IPHAN, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil.

Com a progressiva consolidação e o adensamento institucional da área, em compasso com as inúmeras iniciativas executadas pelas superintendências e instituições ligadas ao IPHAN, uma série de eventos foram promovidos visando construir coletivamente parâmetros de atuação, marcos conceituais, instrumentos legais e parcerias na área de Educação Patrimonial. As autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, para elas Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

1.2 - O Processo de institucionalização da Educação Patrimonial

Tendo em vista a necessidade de proteção aos bens patrimoniais foi criada a Carta de Atenas de 1931, para trazer instruções sobre o restauro e preservação do patrimônio, além do fortalecimento dos órgãos responsáveis por tais atos. A obrigatoriedade do Poder Público em proteger os bens culturais se deu a partir da Constituição Federal Brasileira de 1934, que favorecia o bem coletivo sobre o privado, e a devida punição para aqueles que desrespeitassem os bens culturais.

Qualquer pessoa pode pedir que um bem seja tombado, demonstrando o poder da Ação Popular em que os cidadãos podem ajuizar ação judicial, pedindo para anular atos lesivos ao patrimônio, servindo também para amparar instituições ou outros indivíduos em interesse difuso ou coletivo. No Ministério Público elas têm poder popular sobre o poder público, podendo reparar seus danos e condená-los em caso de condutas irregulares, impondo sanções ao agente público.

Logo todo monumento é visto como um documento, testemunha de uma intenção, são provas históricas que contam uma história e devem ser analisadas como um quebra-cabeça, dando atenção aos seus detalhes e suas partes. Com o tempo, seus significados se perdem, e novos precisam ser criados. A partir deste conceito surge o termo “lugares de memória”, de Pierre Nora, que enfatiza que estes ambientes não possuem hoje o mesmo significado que tinham na época de sua criação, como acontece em cemitérios e santuários. Patrimônio é tudo que porta referência aos diferentes grupos sociais formadores da nacionalidade.

Com a criação do SPHAN e da figura do tombamento como um instrumento de proteção legal aos bens móveis e imóveis declarados como patrimônios históricos e artísticos nacionais, a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira e à arquitetura religiosa católica, justificada pelo processo de urbanização que se acelerava e do saque e comercialização dos bens móveis. Fonseca (2005)

acrescenta que os critérios adotados pelo SPHAN eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondiam pelos tombamentos. O exercício dessa autoridade era considerado legítimo na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação (essa concepção estava atrelada ao papel assumido pelo Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas).

No Brasil, a prática preservacionista seguiu a tendência europeia, ligando-se intimamente à ideia de formação e afirmação do Estado-nação. Mas, para além disso, como destaca Márcia Chuva (2003), o desejo de pertencer à civilização ocidental foi, provavelmente, o que configurou o processo de invenção de um patrimônio nacional no Brasil. Para tanto, nomes de peso como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, foram figuras ícones que imprimiram sua concepção de civilização e nação no projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN (hoje IPHAN), no ano de 1973. Ressalta-se o que Chuva (2003) discorre sobre a visão de Rodrigo Melo Franco, que presidiu o SPHAN desde sua fase experimental, em 1936, até o ano de 1967:

Diante do longo trabalho que estava por se realizar para que a nação brasileira se constituísse, Rodrigo Melo Franco considerava fundamental, ao mesmo tempo, reafirmar uma herança europeia – portuguesa – e, em contrapartida, negar uma possível herança indígena. Argumentava que as frágeis construções de madeira haviam sido logo substituídas pelas edificações mais duradouras que imprimiram às primeiras povoações sua “fisionomia peculiar”... A posição que Rodrigo Melo Franco tomou nesse debate delinearía, ou melhor, daria propriamente uma forma ao pensamento que se consolidou no SPHAN, ao buscar, sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil que seria apresentada, no âmbito das relações internacionais que estabelecia, para garantir um pertencimento ao mundo das nações modernas (CHUVA, 2003, p. 16).

Essa característica, ademais, não se restringe à trajetória do IPHAN, mas abarca outros equipamentos culturais ligados ao patrimônio, a exemplo dos museus. Durante todo esse período, o que se observa é que a criação e configuração dos museus no Brasil estavam basicamente adstritas aos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes. Foi um fenômeno puramente colonialista, como aponta Hugues de Varine: “Foram os países europeus

que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus” (VARINE apud CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 10).

Pode-se afirmar que, institucionalmente dentro do IPHAN, o lugar da Educação Patrimonial começa efetivamente a ser desenhado e a tomar corpo após a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (hoje Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc), no ano de 2004, que tem suas diretrizes políticas sistematizadas na publicação “Educação Patrimonial: históricos, conceitos e processos” (FLORÊNCIO et al, 2014). Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil, bem como na Portaria IPHAN nº 137, de 28/04/2016. A partir da criação dessa Gerência, o IPHAN promoveu diferentes encontros para se debater conceitos, diretrizes e linhas programáticas para uma política nacional voltada para a Educação Patrimonial, a exemplo do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2005), Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio (2008), I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (2009) e o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011).

Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural¹² (presente no artigo 216 da

¹² Conforme as palavras de Gilberto Gil: “(...) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial.” (IPHAN, 2008)

Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado.

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

1.3 - Os mecanismos da Educação Patrimonial - UNESCO, IPHAN, tombamento e Pirenópolis

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, em inglês) é uma entidade vinculada à ONU que, dentre outras funções, promove a proteção e a preservação do patrimônio da humanidade. As entidades de cada país inscrevem seus bens que acreditam ter potencial de reconhecimento. Órgãos internacionais realizam criteriosas avaliações e, em seguida, o Comitê do Patrimônio Mundial, formado por 21 países, concede o título. Para ser Patrimônio Mundial da Unesco, os locais devem ser excepcionalmente importantes para a humanidade e atender a pelo menos um dentre os dez critérios de seleção. Esses critérios são explicitados nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial que, além do texto da Convenção, é a principal ferramenta de trabalho sobre o Patrimônio Mundial. Os critérios são revisados regularmente pelo Comitê para refletir a evolução do próprio conceito de Patrimônio Mundial. Até o final de 2004, os sítios do Patrimônio Mundial foram selecionados com base em seis critérios culturais e quatro naturais. Com a adoção das Diretrizes Operacionais revisadas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, existe apenas um conjunto de dez critérios:

1. representar uma obra-prima do gênio criativo humano;
2. exibir um importante intercâmbio de valores humanos, ao longo de um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou paisagismo;
3. dar testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
4. ser um excelente exemplo de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (a) estágio(s) significativo(s) na história humana;
5. ser um exemplo notável de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis;
6. estar direta ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, a obras artísticas e literárias de notável significado universal. (O Comitê considera que este critério deve ser utilizado preferencialmente em conjunto com outros critérios);
7. conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
8. ser exemplos notáveis que representam os principais estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, processos geológicos significativos em andamento no desenvolvimento de formas de relevo ou características geomórficas ou fisiográficas significativas;
9. ser exemplos notáveis representando processos ecológicos e biológicos significativos em andamento na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos e comunidades de plantas e animais;
10. conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista científico ou conservacionista.

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. Já no anteprojeto para a criação do então

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN¹³, de autoria de Mário de Andrade, apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão a nível federal que elege, protege e promove os bens culturais do Brasil. A gestão do patrimônio pelo IPHAN é dividida em quatro categorias:

1 . Patrimônio Material

- Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
- Histórico
- Belas Artes
- Artes Aplicadas

2 . Patrimônio Imaterial

3 . Patrimônio Arqueológico

4 . Patrimônio Mundial

- Patrimônio Mundial Cultural e Natural
- Patrimônio Cultural Imaterial
- Lista Indicativa a Patrimônio Mundial

Faz-se necessário apresentar as principais noções acerca deste tema, de maneira que a leitura se desenvolva com mais clareza. O Art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 é a primeira normativa que reconhece e conceitua o patrimônio histórico e artístico nacional como “um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Ainda segundo este mesmo decreto, o tombamento ocorre quando da sua inscrição em alguma das quatro categorias dos Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; de Belas Artes; das Artes Aplicadas.

¹³ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. Para fins didáticos, mantereí ao longo do texto a sigla IPHAN, desconsiderando as sucessivas mudanças de nomenclatura.

O tombamento¹⁴ é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.

A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente.

Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Em Pirenópolis temos alguns Patrimônios tombados, segundo o site do IPHAN são esses: Igreja do Carmo/Museu de Arte Sacra do Carmo, Museu das Artes do Divino, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Teatro de Pirenópolis, Casa de Câmara e Cadeia, Cine Teatro Pireneus, Ponte Sobre o Rio das Almas e Fazenda da Babilônia.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi construída entre 1761 e 1763, a igreja é o maior edifício religioso de todo o Centro-Oeste. Esse monumento foi tombado em 1941 e ainda permanece como lugar religioso. A igreja foi totalmente restaurada entre 1998 e 2001, inclusive os altares, forro da capela mor e imagens.

¹⁴ José Celso de Mello Filho, apud RABELLO (2009), definiu o tombamento como “(...) o meio posto à disposição do Poder Público para a efetiva tutela do patrimônio cultural e natural do país”. É por meio do tombamento que o Poder Público cumpre a obrigação constitucional de proteger os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

Fazenda da Babilônia: casa e dependências/Engenho São Joaquim - Localizada na área rural do município de Pirenópolis, o antigo Engenho de São Joaquim foi construído, no início do século XIX, pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira, exportador que acumulou enorme fortuna em Goiás. O edifício se compõe da casa grande, engenho e capela.

A cidade de Pirenópolis, em Goiás, nascida no século XVIII com a descoberta de ouro, constitui-se hoje em um dos mais importantes acervos patrimoniais de todo o Centro-Oeste. Por ter sido um centro urbano florescente até fins do século XIX e ter mergulhado em seguida num período de estagnação e isolamento que a manteve quase intocada pelo progresso do século XX, a antiga Meia Ponte pôde conservar praticamente intacta sua feição original. Não como um arcabouço vazio, como resto de uma civilização que se desfez ao longo do tempo, mas como uma cidade viva, que manteve acesa a criatividade que sempre a caracterizou. O tombamento ora aprovado garante a proteção do patrimônio da cidade. A medida é apoiada pela maioria da comunidade que, seguidamente, se vem manifestando em defesa daquele acervo histórico-cultural, denunciando obras de demolição e reformas que descaracterizam o conjunto urbano-arquitetônico, ao mesmo tempo em que reclama providências concretas no sentido de preservá-lo.

A obra da historiadora e filósofa Françoise Choay (1999), intitulada “A Alegoria do Patrimônio”, descreve já no prólogo, o Patrimônio sob o ponto de vista de “uma palavra antiga, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizado no espaço e no tempo”. Aprofunda nesse sentido, ao definir Patrimônio Histórico como:

A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, «patrimônio histórico» tomou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade (CHOAY, 1999, n.p.).

Casarões, ruas e igrejas de arquitetura colonial compõem o conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de Pirenópolis, tombado pelo Iphan, em 1990. A cidade reúne um dos mais ricos acervos patrimoniais do Brasil

Central e se manteve como testemunho vivo dos primeiros tempos da ocupação do território goiano. Uma das festas mais populares do Estado de Goiás - a Festa do Divino de Pirenópolis - é conhecida internacionalmente. Como tantas outras localidades que surgiram e enriqueceram com o ouro, quando a mineração entrou em decadência o processo de crescimento do arraial foi interrompido

No início do século XIX, a economia - com o declínio da mineração - começou a ser reativada com base na agricultura. Apesar da estrutura urbana do arraial pouco ter se alterado até esse período, ocorreu uma renovação em termos arquitetônicos. Ao longo desse século, as antigas casas de adobe e pau-a-pique se deterioraram e as reformas foram caracterizadas por construções de maior apuro técnico e requinte formal, apesar de ainda conservarem a tipologia tradicional da arquitetura colonial do Centro-Oeste. No perímetro que demarca a cidade, anterior a 1830, as alterações subsequentes foram poucas e de pequena monta.

Castriota (2007) faz uma análise crítica da noção tradicional e limitada de patrimônio consolidado nos anos de 1960 no Brasil. Diz ele:

No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, este é percebido como uma espécie de "coleção de objetos", identificados e catalogados por peritos, como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. Já quanto ao patrimônio cultural, a sua concepção tradicional relaciona-o a produtos da cultura erudita derivados, via de regra, de grupos e segmentos sociais dominantes (CASTRIOTA, 2007, p. 12).

Carvalho (2001) traz em sua coletânea que, na década de 1960, a cidade de Pirenópolis com sua economia baseada na agricultura e extração mineral, descobriu um mercado cada vez maior para o "xisto quartizífero", que tanto encantou o austríaco Emanuel Pohl nos idos de 1820. A pedra de Pirenópolis, como é hoje conhecida, passou a ser vendida por todo Brasil criando um mercado de trabalho bastante intenso não só na extração como também no comércio do produto. Ainda na década de 1980, com a mudança do conceito sobre preservação e patrimônio - que deixou de valorizar o bem isolado, passando a considerar todo o entorno - a cidade foi tombada em seu perímetro histórico, com o intuito de preservar todo o conjunto. No entanto, na década de 1990, a cidade foi surpreendida com uma nova

modalidade econômica, que veio alterar seus costumes sócio-culturais: a atividade turística que cresce e se revela parte da vida contemporânea, e estabelece inter-relações entre as dimensões econômica, cultural, social, política e ambiental.

A cidade floresceu até fins do século XIX, sendo considerada uma das mais importantes do Estado e experimentou um período de estabilidade e isolamento, que a manteve quase intocada e permitiu que conservasse praticamente intacta sua feição original. Nas últimas décadas desse século, a principal atividade passou a ser a pecuária, mantendo-se assim até meados do século XX. O antigo núcleo histórico permaneceu praticamente intacto até os dias atuais.

Vale lembrar que as primeiras medidas governamentais em relação ao tema ocorreram a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil no século XIX e da criação da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Museu Histórico Nacional, do Museu de Belas-Artes, entre outros (MEIRA & GAZZINELLI, 2006). Eram equipamentos culturais necessários ao estabelecimento de uma corte europeia na cidade do Rio de Janeiro que, naquele momento, era a sede da coroa portuguesa. Por isso mesmo, seu foco não era exatamente o que republicaneamente se consideraria uma política para todos, mas, pelo contrário, eram instituições destinadas a refletir um certo tipo de cultura que diferenciava das castas mais abastadas e privilegiadas dos diversos grupos sociais e culturais que conformavam a população do império português. De toda forma, ainda que num conceito de “alta cultura” e de “belas artes”, tais equipamentos foram importantes na conformação de um entendimento da importância de se desenvolver no Brasil políticas voltadas para a cultura nacional, diferenciada do restante do mundo, inclusive após a independência de Portugal.

O estímulo à cultura se tornou competência da União após a queda da República Velha, com a CF de 1934, a primeira após a Revolução de 1930, na qual o governo passou a promover a consolidação da ideia de nacionalidade brasileira, tendo a cultura como pano de fundo para tal intento. Sobre a CF de 1934, cabe tornar relevante o exposto em seu artigo 148:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Outra categoria relevante para o tema da Educação Patrimonial é o conceito de mediação no universo de Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (VYGOTSKY, 1998), o autor mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos sobre o próprio homem e é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS) ou Cognição.

Vygotsky (1998) considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo a partir da sua participação em situações de interação social, no qual participam instrumentos e signos com os quais os sujeitos organizam e estruturam seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância medeiam a vida. Os diferentes contextos culturais onde as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos outros, dos pares que convivem nesses contextos. De forma que não somente práticas sociais e arte fatos são apropriados, mas, também, os problemas e situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo. As ações educativas para a valorização do patrimônio cultural nesse sentido são ações mediadoras, no sentido pensado por Vygotsky, que contribuem para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas.

Desta forma, vimos até aqui, iniciativas, programas e políticas culturais relacionadas à questão do estímulo e fomento ao Patrimônio Cultural, contudo, o que será esmiuçado neste trabalho será a educação patrimonial especificamente em Pirenópolis, onde será apresentado posteriormente também a COEPi (Comunidade Educacional de Pirenópolis).

No segundo capítulo entraremos nos conceitos de educação formal, não-formal e informal, trazendo a educação patrimonial em espaços não formais de educação, que no terceiro capítulo nos levará a COEPi, que é este ambiente não formal que ensina tanto sobre educação.

Capítulo II

Educação em lugares não formais - Conceitos de educação formal, não formal e informal

No intuito de buscar uma definição para espaço não formal, é importante conceituar o que é espaço formal de Educação. O espaço formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica¹⁵ e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . É a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório.

Na tentativa de definir os espaços não-formais de Educação. Duas categorias podem ser sugeridas: locais que são Instituições e locais que não são Instituições. Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoológicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não Instituições. Nessa categoria podem ser incluídos teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços.

Segundo Jacobucci (2008), os espaços não formais são lugares diferentes da escola, onde é possível desenvolver atividades educativas que visam à integração das relações entre ciência, tecnologia e educação. São sugeridas duas categorias: locais que são instituições (museus, centros de ciências, parques ecológicos, parques zoológicos, jardins botânicos, planetários, institutos de pesquisa, zoológicos etc.) e locais que não são instituições como os ambientes naturais ou urbanos.

O ideal é que as atividades desenvolvidas em espaços educativos não formais se torne um complemento no sentido de ampliar a aprendizagem e os saberes que lhes são específicos, possibilitando ao estudante relacionar a teoria vista em sala de aula com a prática (GOHN, 2010).

¹⁵ Livre acesso pelo portal do Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

Moll (2009) reitera ainda que a educação deve ser compreendida como aquela que ocorre nos espaços da vida, confirmando as perspectivas presentes na Educação Integral, que representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes.

Um dos grandes desafios da educação não formal tem sido defini-la, caracterizando-a pelo que ela é. Usualmente ela é definida pela negatividade, pelo que ela não é. Para chegar ao conceito que construímos, vamos demarcar os sentidos e significados que lhe têm sido atribuídos, e as polêmicas que têm gerado. A posição mais usual é que a contrapõe a educação não formal à educação formal/ educação escolar. Quando tratamos da educação não formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação: os indivíduos têm uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal. Poderá encontrá-los em meios coletivos ou individuais (para outras características da Educação Não-Formal ver Gohn, 2010a).

Segundo Coombs, Prossere Ahmed, “um dos estímulos pelo interesse generalizado na educação não formal em anos recentes tem sido o crescente reconhecimento de que educação não mais pode ser tida como uma barreira estática, um processo estagnado e limitado no espaço”. Faz-se necessário,

portanto, a enxergarmos como “um processo ao longo da vida¹⁶” (COOMBS, PROSSER EAHMED, 1973, p. 9, tradução nossa).

A interação entre educação formal, não formal e informal deve ser estimulada dentro e fora das instituições de ensino. Mas uma convergência entre os trabalhos utilizados diz respeito ao crescente grau de sistematização, hierarquização e burocratização dos conteúdos, métodos e objetivos dos processos educacionais, em um *continuum* que vai da educação informal à educação formal, passando, na maioria dos casos, pela educação não-formal.

Para Kamil (2007), apesar desses limites serem confusos, a distinção entre eles é muito clara. A educação informal está relacionada ao aprendizado individual, o sujeito decide aprender em qualquer hora e qualquer lugar. A educação não formal está relacionada a um aprendizado que previamente programamos sendo planejados e moldados nas nossas próprias circunstâncias. E a educação formal está ligada a adesão de um processo programático, aceitamos disciplinas programadas e impostas.

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal, e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal (GOHN, 2003 e 2011). E as práticas não formais desenvolvem-se também no exercício de participação, nas formas colegiadas e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil.

A criação de roteiros para uma visita pode refletir a preocupação do professor com seu papel na aprendizagem dos alunos e, assim, ele acaba usando as mesmas ferramentas para avaliação empregadas nos espaços formais, como a prova, roteiros ou relatórios (FARIA; JACOBUCCI & OLIVEIRA, 2011). Assim, os

¹⁶ One of the spurs to widespread interest in non formal education in recent years has been the growing recognition that education can no longer be viewed as a time-bound, place-bound process.[...] a life going process [...].

espaços não formais devem ser parceiros na socialização do conhecimento científico de forma crítica para a população (KRASILCHIK & MARANDINO, 2007).

Ao se desenvolver atividades em espaços educativos não formais as chamadas aulas de campo ganham muita importância, pois se colocam como uma alternativa na construção do conhecimento. A aula ou visita de campo procura sempre unir teoria e prática, sempre dando significado às aulas teóricas na busca de que o estudante consiga ter um olhar crítico sobre a realidade em que atua. Pensando na visita de campo, Silva, et al, (2010), destaca a necessidade de três etapas para o desenvolvimento do trabalho:

Etapa 1 – Pré-campo: considerada fundamental para situar o estudante com a apresentação de roteiros, objetivos da aula e a finalidade do estudo.

Etapa 2 – Campo: não pode ser visto pelos estudantes como um passeio, deve ser encarado como um local de discussão de ideias e um lugar que proporciona compreender a importância da prática relacionada às teorias apresentadas em sala de aula. O professor deve estimular a curiosidade dos estudantes, para que eles possam construir suas aprendizagens, instigando-os a pensar, construir e conceituar. Aspectos como o trabalho em equipe nesse momento devem ser realizados.

Etapa 3 – Pós-campo: essa etapa pode ser realizada de várias formas desde que se faça uma leitura crítica do espaço observado, sendo assim, pode-se extrair o conhecimento dos estudantes por meio de produção de relatórios, feiras culturais, desenhos, apresentação teatral, construção de maquetes, roda de conversa, entre outros.

As abordagens educacionais das exposições foram influenciadas (e continuam se influenciando) por algumas teorias da aprendizagem, como as ideias de Jean Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo, o pensamento intuitivo e o estímulo intelectual de Jerome Bruner, o papel das interações sociais no processo de aprendizagem de Lev Vygotsky, as múltiplas inteligências de Howard Gardner, entre outras (STUDART, 2000).

2.1 A educação Patrimonial e os espaços não formais

A Educação Patrimonial constituindo-se como uma prática metodológica em torno do patrimônio cultural tem sido incentivada no Brasil desde 1937 pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ele apresenta a seguinte definição de Educação Patrimonial:

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial! O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos (IPHAN, 2018).

A inserção da Educação Patrimonial ou o estudo da cultura brasileira nos currículos e programas escolares já se constituía uma preocupação dos ideólogos do patrimônio cultural, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor do Sphan de 1937 a 1967, que escreveu na década de 1960 reiterando a importância da educação:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram no passado (ANDRADE, 1988, p.64).

Mesmo sendo importantes as considerações acima, as ações efetivas do Sphan na promoção de ações de Educação Patrimonial acabaram não se concretizando.

Ao se pensar em uma alfabetização que tinha como objetivo a valorização e preservação do patrimônio, nasce na Inglaterra a expressão “Educação Patrimonial”, que tem um significado diferente do termo em inglês Heritage Education, que se traduz como herança cultural. Essa ação proporciona um trabalho de alfabetização cultural, “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Em 1983, foi apresentada uma sistematização da metodologia da Educação Patrimonial e, em 1999, foi publicado o Guia Básico de Educação Patrimonial. O modelo proposto no guia é puramente instrumental e foca na análise

do objeto museológico, desconsiderando outros elementos do processo educativo. Simone Scifoni, sobre a historicidade e as práticas da Educação Patrimonial, diz que:

O guia teve uma importância como marco da necessidade de afirmação de uma área nova dentro da tutela patrimonial e contribuiu fundamentalmente por sistematizar questões que estavam dispersas, tornando-se, assim, uma obra de referência no país. Mas qualquer conhecimento deve ser entendido como historicamente datado, como produto de um momento e das reflexões que foram possíveis produzir naquele momento. As práticas em Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições (SCIFONI, 2012, p.31).

O guia teve um papel histórico na busca de oficializar a prática da Educação Patrimonial com o aval do IPHAN, mas é preciso repensar essa prática. Scifoni ainda ressalta a questão de se reproduzir acriticamente o guia e a concepção da Educação Patrimonial como uma metodologia:

“[...] o problema é que o guia atrelou uma determinada experiência de ação à própria definição deste campo de atuação e, ao ser difundido pelo país, multiplicando o seu uso, tem provocado mal-estar constante entre os profissionais da área. Afinal, a Educação Patrimonial não é uma metodologia.” (SCIFONI, 2015, p.195).

Atualmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), retoma o artigo 26 da LDB:

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000. Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106. Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2018, p. 14-15).

Com base nos documentos citados acima, fica claro que a organização do currículo escolar deve considerar uma série de práticas que articulem saberes e experiências dos estudantes com o conhecimento daquilo que é considerado patrimônio em sua localidade.

É importante ressaltar que a educação em espaços educativos não formais pode ocorrer de forma multisseriada, ou seja, sem a organização por ano, idade ou conteúdos, pode se dar por meio de metodologias e espaços diversos, devendo sempre estar adaptada de acordo com o contexto local e trabalha os laços de identidade e pertencimento do grupo. Seu pressuposto principal é uma aprendizagem por meio de práticas sociais e pelo trabalho coletivo, levando o estudante a um entendimento e um maior nível de criticidade em relação ao mundo e à comunidade em que vive.

Se o espaço formal de educação se caracteriza como sendo o espaço escolar, pode-se definir o espaço não formal como qualquer outro espaço que não seja o da escola em que possa se desenvolver uma ação educativa, mas segundo a autora não é tão simples, pois ao se falar de espaços não formais existe uma variedade de lugares não escolares. Por isso, Jacobucci (2008) identifica duas 33 categorias nos espaços não formais: espaços institucionalizados e não institucionalizados. Espaços institucionalizados são os lugares que possuem uma regulamentação e uma equipe técnica encarregada das atividades realizadas, como por exemplo os museus, bibliotecas públicas, arquivos, centros culturais, zoológicos e outros. Naqueles espaços caracterizados como não institucionais podemos citar casas, praças, ruas, parques, rios, lagoas, etc. Apontamos aqui mais um problema enfrentado na realização de projetos de Educação Patrimonial que trabalhe com os espaços não formais: o modelo de formação de nossos educadores sempre foi pensado na educação em espaços formais, o que mostra a urgência de se repensar a formação para a educação em espaços não formais de educação.

No próximo capítulo será apresentada a COEPi, nosso objeto de estudo, que trabalha a educação patrimonial em lugares não formais.

Capítulo III

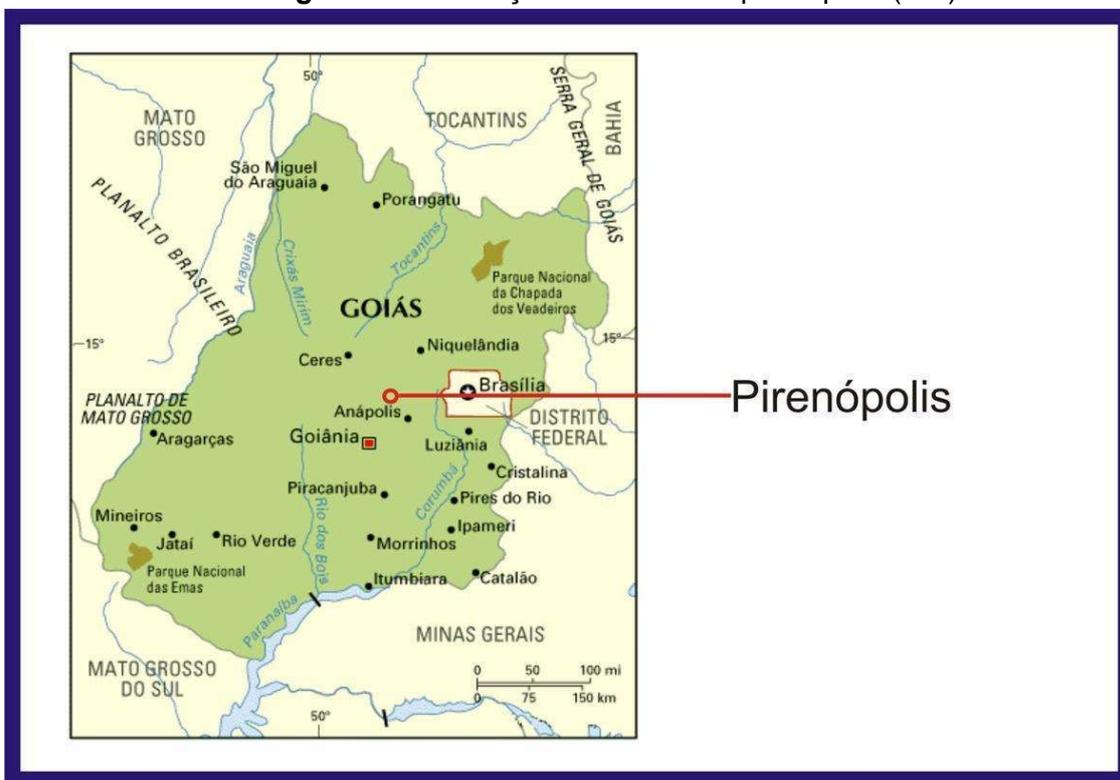
Configuração e Organização da educação Patrimonial em Pirenópolis

Muitos são os obstáculos institucionais que impedem que a educação patrimonial obtenha êxito na preservação e proteção: falta um entendimento consensual por parte dos dirigentes da educação escolar brasileira quanto às especificidades dessa modalidade de ensino, carência de apoio financeiro, administrativo e pedagógico para que a educação patrimonial seja um espaço de ressignificação da condição de preservação do patrimônio no país, o que demanda políticas públicas voltadas para essa modalidade de educação.

Neste capítulo busca-se explorar de forma histórica, os elementos que constituíram a educação patrimonial, considerando os aspectos legais e conceituais no Brasil, trazendo a história da cidade de Pirenópolis que abriga o objeto de estudo desta dissertação que é a COEPI.

3.1- Pirenópolis- Uma possibilidade como modalidade de educação patrimonial

Figura 1. Localização da cidade de pirenópolis (GO)



Fonte: Disponível em http://www.apoema.com.br/pirenopolis_mapa Acesso em 12/04/2022.

Pirenópolis (GO) é um atrativo turístico pelo seu clima, fauna e flora exuberantes provindas do quase extinto Cerrado brasileiro. A cidade visa a importância da preservação da paisagem histórica e ambiental, o que favorece o turismo no local. Visitar a cidade é fazer uma viagem no passado do estado de Goiás, seja pela cultura preservada ou por seus casarões, ruas, igrejas e arquitetura colonial da época da ocupação do território goiano.

Sendo Pirenópolis um dos principais berços da história goiana e detentora de uma cultura e tradições muito próprias, é natural que guarde acervos valiosos, que precisam necessariamente estar preservados e à mostra. Daí o esforço, ao longo dos anos, pela criação e manutenção de instituições e espaços voltados para esse fim. Em 2010, o Iphan e a Paróquia de Pirenópolis estabeleceram uma política de criação, remodelação e revitalização para os museus da cidade, a partir da reestruturação do Museu de Arte Sacra da Igreja do Carmo e do Museu Memória da Matriz. Foi, então, criado um circuito de visitação voltado para a história e o patrimônio cultural e religioso da cidade. O roteiro, que inclui as igrejas Matriz de Nossa Senhora do Rosário, do Nosso Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora do Carmo fornece informações sobre os imóveis, os bens móveis e integrados, e a história da religião católica em Goiás, e particularmente em Pirenópolis (CAVALCANTE, 2019).

O período tem início nas primeiras décadas do século XVIII, o lugar é Meia Ponte — hoje Pirenópolis — localizado no Planalto Central do Brasil e os personagens os “ávidos sócios capitalistas, proprietários de dezenas de escravos” (BERTRAN, 1994, p, 76).

A história de Pirenópolis remete ao período da prospecção aurífera no século XVIII, a prosperidade, nos séculos XVIII e XIX, ocorreu sob a égide da mão de obra negra escravizada e seguiu, nos séculos seguintes, amparada nos seus descendentes, amalgamados pelos entrelaçamentos familiares resultantes do convívio entre homens e mulheres, brancos e pretos, pobres e ricos. As marcas desta convivência estão por toda parte e manifestam-se na cultura e na formação da sociedade, quando as levas de migrantes eram constituídas por portugueses, seus escravizados e alguns poucos paulistas. A suntuosidade dos templos religiosos e a quantidade de igrejas – cinco ainda no mesmo século – demonstram

a implantação da fé católica e a disseminação das práticas religiosas acordadas entre o Estado e a Igreja, o Padroado Régio.

“É notório verificar, em todos os relatos de viajantes e memorialistas e nas coreografias históricas, a existência de igrejas em todos os arraiais, por menores que fossem, o que mostra a influência do catolicismo na cultura colonizadora” (SILVA, 2001:23).

Inserese ainda nesse circuito o Museu do Divino, que aborda o folclore e as festas populares e constitui uma oportunidade única para se conhecer o rico patrimônio imaterial fora das datas das comemorações festivas como, por exemplo, a mais conhecida das tradições da cidade, a Cavalhada de Pirenópolis.

Pirenópolis é uma cidade turística do Estado de Goiás e se tornou uma atração nacional, por causa de suas gemas, clima agradável e um conjunto arquitetônico admirável. De acordo com Murta e Goodey (2005, p. 13), interpretar o patrimônio representa “o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.”

A antiga Meia Ponte surgiu no século XVIII e se destaca pela mineração do ouro de aluvião e pela confluência das estradas responsáveis pelo fluxo de pessoas e de mercadorias no Planalto Central do Brasil.

O povoado minerador nasceu e se desenvolveu sob a égide da mão de obra negra escravizada, suas marcas estão por toda parte e manifestam-se na cultura e na formação da sociedade. A presença dos negros nas celebrações católicas introduziu parte do folclore africano, a ornamentação realizada nos altares, a música, os batuques e todas as alegorias enchem de cor e vida as igrejas, porém, de modo não tão tradicional. As festas e as danças realizadas pelos negros, que nada mais eram do que a demonstração de sua fé, ao seu modo e de acordo com sua cultura, fizeram com que as autoridades eclesiásticas repreendessem os negros e os líderes religiosos das igrejas, de forma que não ocorressem atos que “profanassem” a fé cristã. Segundo Salles, “oficialmente, o primeiro comboio de negros chegou a Goiás em 7 de setembro de 1752” (1992, p. 229). Mas, os poucos estudos e as incertezas não permitem quantificar a população escrava que adentrou a capitania, “não há estatísticas de quantos africanos foram trazidos a Goiás” (LOIOLA, 2009, p. 23).

Percebe-se então como a influência dos negros e a religiosidade cristã foram essenciais para a construção da cultura e da identidade da população de Pirenópolis. As marcas dessa cultura estão inseridas no cotidiano da população, na religiosidade, nas festas aos santos, nas construções e na arquitetura da cidade. Pode-se afirmar que as Irmandades dos negros foram essenciais para a formação da identidade da população como a conhecemos hoje. Os festejos anuais do Espírito Santo são exemplos dessa herança cultural. A festa do Divino e os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Juizado de São Benedito são consideradas as festas mais tradicionais de Pirenópolis. Marcas da cultura oitocentista que estão presentes nesse período de festas, que ocorrem normalmente dos dias que antecedem o domingo de Pentecoste¹⁷.

Entretanto, a afluência da população negra foi regular e constante desde os primeiros anos da ocupação, sua presença na região é anterior, não sendo possível precisar o montante real de africanos escravizados no início da atividade mineratória, uma vez que era limitada a compra de pessoas negras e o que imperava era o contrabando.

A população brasileira possui como traço marcante em sua identidade a sua heterogeneidade e a diversidade cultural. O estado de Goiás, em especial a cidade de Pirenópolis, não se isenta dessa rica característica. A população de Pirenópolis, nos moldes que conhecemos hoje, foi formada a partir da mineração, que se iniciou com a busca de desbravadores que adentraram a região de Goiás durante o período da mineração de ouro no interior do Brasil, dentre esses, principalmente brancos europeus ou seus descendentes, negros escravos de origem africana e índios nativos que ali já eram encontrados

A cidade de Pirenópolis, inicialmente denominada Meia Ponte, foi uma importante rota de comércio entre os portos litorâneos e o interior do Brasil. Não diferente de outras regiões, esse comércio baseado no ouro atraiu um considerável número de pessoas. Pode-se incluir nessa população que migrou para a capitania de Goiás uma enorme quantidade de escravos, oriundos principalmente de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. É importante destacar o papel do negro escravo nesse período, ele atuou em praticamente todas as atividades da exploração do ouro, foi

¹⁷ Carlos Rodrigues Brandão. O Divino, O Santo e A Senhora. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978, p. 16.

braço forte diretamente na mineração e nas principais atividades complementares como a agropecuária e o comércio.

Os africanos vinham do porto da Bahia para Meia Ponte, de onde partiam rumo a outros núcleos de extração de ouro e se fundiam à população já escravizada. Eram “denominados de pretos, os minas, angolas, nagôs, congos, benguelas, entre outros” (LOIOLA, 2009, p. 40), apesar de suas diferenças “todo mina era preto, mas nem todo preto era mina. A cor e a procedência estavam presentes na documentação e inscreviam o africano no Império Português”, o autor continua “se essa classificação, por um lado, encobre vários grupos étnicos, cujas trajetórias dificilmente podem ser reconstituídas, por outro, não nos exime de refletir sobre elas”.

A quase extinção da produção de ouro foi devida ao esgotamento das minas. Uma escavação mais profunda, onde ainda existia ouro, requeria técnicas não disponíveis para os mineiros da região à época. A carência de outros produtos que mantivessem o fluxo comercial na região provocou um déficit financeiro crônico na província, cobranças judiciais, endividamentos em vários níveis da sociedade e a falência de muitos proprietários. A população necessitava de produtos que na sua maioria não eram produzidos por lá, mesmo os poucos que eram produzidos eram comprados a crédito com os comerciantes, contribuindo ainda mais para os endividamentos.

Assim, a convivência de negros com brancos desde o século XVIII desenvolveu elementos culturais, sociais e religiosos que são constituintes e representativas das memórias e das identidades pirenopolinas. A trasladação de africanos e seus descendentes dos portos de abastecimento de escravos para o interior do Brasil, para a mineração do ouro, e sua convivência com seus senhores moldaram relações peculiares que se estendeu da chegada dessa mão de obra às Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, passou pela Abolição da escravatura, em 1888, e permaneceu até nossos dias. Tal panorama pode ser vislumbrado a partir da obra — “Famílias pirenopolinas (Ensaio genealógico)” — escrita por Jarbas Jayme e publicada post mortem, em 1973.

Brandão (1978) destaca o fato de que houve um abandono das irmandades pelos negros. Retiraram-se os negros principalmente em dois momentos: o primeiro no período após a abolição, quando Pirenópolis sofreu um grande esvaziamento de negros, e ainda levando-se em conta o número reduzido de escravos no período devido ao declínio da mineração; e o segundo no momento da derrubada da Igreja

de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que era um local de identidade étnica dentro da cidade. Retiraram-se também, com o tempo, os brancos ricos, senhores de escravos, já que não havia mais escravos a serem controlados nas irmandades¹⁸.

Os rios que banham a cidade e as cachoeiras fazem com que a cidade seja propícia para esportes e lazer, além das festas religiosas e pagãs, o artesanato local também é apontado como atrativo. A proximidade de municípios como Goiânia, Anápolis e a Capital do país Brasília colaborou muito para a rápida ascensão do turismo em Pirenópolis. A população teve de aprender a lidar com um fluxo cada vez maior de pessoas em suas ruas. Para Castro (2008), a ascensão do turismo fez com que se recriasse o setor de serviços em Pirenópolis. O apoio e divulgação do governo do estado foi fundamental para o fortalecimento do turismo na cidade e em consequência toda uma gama de negócios e serviços.

A cidade encravada no vale dos Pireneus é um rio de boas histórias dos tempos dos tropeiros, dos bandeirantes e daqueles que buscavam riquezas, nas palavras de Jayme (1971 p.74): “A ambição de glórias, a febre do ouro e o desejo de bem-estar trouxeram a Goiás inúmeros aventureiros, que se internaram pelos ínvios sertões em busca de riquezas.” De acordo com esse historiador a fundação do arraial de Meia Ponte se deve a Manoel Rodrigues Tomar, bandeirante português e o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, chamada popularmente de Meia Ponte, foi assim denominado pelo fato das minas de ouro de aluvião¹⁹ terem sido descobertas no dia de Nossa Senhora do Rosário, 7 de outubro, era costume dar nomes de santos aos acontecimentos marcantes que ocorressem no dia de algum santo.

O Rio das Almas²⁰, homenagem àqueles que sucumbiram na saga em busca do vil metal, nasce nas formações rochosas de quartzito e arenito das Serras

¹⁸ Carlos Rodrigues Brandão. O Divino, O Santo e A Senhora. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

¹⁹ O período tem início nas primeiras décadas do século XVIII, o lugar é Meia Ponte — hoje Pirenópolis — localizado no Planalto Central do Brasil e os personagens os “ávidos sócios capitalistas, proprietários de dezenas de escravos” (BERTRAN, 1994, p, 76) e os sujeitos de procedência africana, foco deste trabalho, que ao adentrarem o sertão chegaram às margens do Rio das Almas para a garimpagem de ouro da aluvião.

²⁰ As nascentes do Rio das Almas estão localizadas no Parque Estadual da Serra dos Pirineus, Pirenópolis – GO, com altitude aproximada de 1.200 metros e a sua foz no lago de Serra da Mesa com altitude de 450m (Barbalho et 21 al. 2013). Torna-se caudaloso na altura da rodovia Belém-Brasília (BR 153) e é famoso por suas corredeiras traiçoeiras (ENCINAS, et al., 2004). Seus principais afluentes são os rios: Sucuri, Uru e Verde (CHAGAS, et al., 2017). A Bacia do Rio das Almas detém 43% de sua área com cobertura vegetal natural (14% de Cerrado e 29% de matas) em 1115km2 de bacia e seu Rio possui comprimento de 185 km (ENCINAS et al., 2004).

dos Pireneus, acima dos 1.200 metros de altitude. A paisagem serpenteada pelo Rio é composta por todas as formas de fitofisionomias do bioma Cerrado e por dezenas de nascentes que alimentam as bacias do Tocantins e do Prata. Bertran evidencia essa região ao transcrever a notícia dada às cortes na época dos “descobrimientos” feitos pelos lusos Manoel Rodrigues Tomar e Urbano do Couto Menezes e alguns paulistas, “achando vários ribeiros com bons jornais (de ouro) e uma grande vastidão de campanha com formações e disposições certas de muito ouro, além de muitos morros e serras com os mesmos sinais e abundante cópia de cristais” (BERTRAN, 1994, p. 76).

O lugarejo passou por diversas transformações econômicas, sem contudo, sua população residente ter ultrapassado 30 mil habitantes. Pirenópolis chega ao século XXI como um dos principais polos turísticos do Centro-Oeste, destacando-se pelas paisagens naturais do Cerrado goiano, mas também pelo legado cultural materializado na arquitetura e no patrimônio imaterial pautado nas tradições familiares, numa sociedade hibridizada e num passado suntuoso.

No final do século XIX, as rotas comerciais se afastam da cidade, agravando o declínio de seu comércio e de sua urbanização. Os habitantes, com baixa estima, já não suportaram mais as chacotas relacionada ao topônimo “Meia Ponte”, por isso, mudam-no para o europeizado “Pirenópolis” em 1890. Isso demonstra a rejeição à História e o refúgio na ecologia da Serra dos Pireneus. Na primeira metade do século XX, a cidade perde ainda mais a importância regional, com o surgimento de novos pólos de desenvolvimento, como Goiânia e Anápolis em seus arredores. A situação socioeconômica de Pirenópolis modifica-se substancialmente com a construção de Brasília nas suas proximidades. A cidade foi interligada por rodovias modernas a Brasília e às principais cidades goianas próximas. Com isso, gradativamente destacou-se como um dos principais pontos turísticos de Goiás. A partir dos anos 1980, membros de comunidades alternativas escolheram Pirenópolis como local de moradia. Enfim, nas duas últimas décadas do século XX, a afluência de novas pessoas, trazendo novas ideias, novos comportamentos e muito dinheiro coloca Pirenópolis – ainda pequenina – entre as cidades de maior destaque cultural de Goiás. No entanto, a reviravolta que culminou na recuperação do prestígio de Pirenópolis diante das demais cidades goianas não se explica apenas por fatores internos. Ela foi resultado, sobretudo, de uma valorização cada vez mais acentuada dos monumentos históricos e das belezas

ambientais – ambos abundantes no município. A fase da modernidade que subordinava as tradições históricas ao progresso, em que “tudo que é sólido desmancha no ar” foi substituída por outra em que o passado e as tradições devem ser respeitadas, resgatadas e preservadas.

A Matriz de Nossa Senhora do Rosário²¹ é paradigmática para analisar essa marcante mudança sociológica. Ela foi, em 1941, o primeiro monumento histórico de Goiás a ser reconhecido como patrimônio histórico nacional, bem anterior aos outros monumentos à sua volta que compõem o centro histórico que só foram reconhecidos em 1989. A partir dessa data, inicia-se a restauração de outras igrejas, a reconstrução do Cine-Pireneus, a reforma do Teatro de Pirenópolis e da Ponte do Rio das Almas. A mais importante dessas obras foi a restauração da Matriz. Ela durou mais de três anos (entre 1997 a 2000) e consumiu quase um milhão de reais, financiados em sua maior parte pelo Governo Federal e foi considerada como um dos maiores trabalhos de restauração do Brasil. Dentre os habitantes de Pirenópolis, um dos primeiros a reconhecer a importância das igrejas como monumento histórico foi o historiador Jayme (1971, p. 509), ainda na década de 1970:

O que elas, em seu mutismo, nos dizem aos ouvidos, possui algo de mistério. É o mistério que despertam as coisas antigas, os velhos monumentos, a doce magia que vive como pedaços de épocas remotas. Diante das igrejas de nossa terra, iluminam-se os olhos de uma ânsia estranha e incontida: a ânsia de procurar sentir o passado, as cenas antigas que já se perderam nos horizontes do tempo, deixando-as como símbolos marcantes de várias gerações.

²¹ **A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS**, foi a igreja construída pela população negra entre 1743 e 1757, na colina em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Sem a riqueza que os portugueses usaram nas igrejas dos brancos, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Pirenópolis recebeu trabalho primoroso de entalhes e pinturas em madeira, com 7 altares cinzelados considerados os mais ornados da região e característicos do barroco brasileiro. Desfigurada por sucessivas reformas foi demolida em 1944 por ordem da Diocese de Goiás. Suas obras de arte foram levadas para outras igrejas ou vendidas. Atualmente seu altar adorna a igreja matriz de Pirenópolis após o original ter sido destruído por um incêndio em 2002. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

Figura 2. Ponte Velha- Rio das Almas



Fonte: Disponível em <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico> Acesso em 12/04/2022.

Pirenópolis(GO) possui um vasto centro histórico, com casarões preservados e igrejas do século XVIII, marco da cidade como cartões postais. Podemos destacar entre essas a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1728-1732), a Igreja Nossa Senhora do Carmo (1750-1754), a Igreja Nosso Senhor Bonfim (1750-1754). Ainda possui outros prédios patrimoniais significativos como; Teatro de Pirenópolis, construído em 1899 com estilo híbrido, colonial e neoclássico, o Cine Pireneus com estilo art-déco, construído em 1919 e a Casa de Câmara e Cadeia construído em 1919 como réplica idêntica do original que fora construído em 1733.

Figura 3. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário entre 1728 e 1732



Fonte: Disponível em <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico> Acesso em 12/04/2022

Figura 4. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário após restauração em 1997



Fonte: Disponível em <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico> Acesso em 12/04/2022.

Figura 5. Igreja de Nossa Senhora do Carmo²²



Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 15/04/2022.

Figura 6. Igreja de Nosso Senhor do Bonfim²³



Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 15/04/2022.

²² Marco de fundação da cidade de Pirenópolis. Foi construída entre 1750 e 1754 por Luciano da Costa Teixeira e seu genro Antônio Rodrigues Frota, como capela da família. Está às margens do Rio das Almas após a Ponte de Madeira. De grande simplicidade guarda uma decoração barroca rococó nos altares do interior com rica talha e significativa estatuária. Restaurada em 2008, abriga também o Museu de Arte Sacra. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

²³ É uma típica igreja colonial portuguesa localizada no bairro do Alto do Bonfim. Erguida entre 1750 e 1754 sua imagem de Nosso Senhor Jesus do Bonfim foi trazida de Salvador pelo sargento-mor Antônio José de Campos através de um comboio com 264 escravos. As pinturas do altar mor e do teto foram feitas por Inácio Pereira Leal, possui quatro sinos sendo que um deles é um dos mais antigos de Goiás, de 1756. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

Figura 7. Cinema Pireneus²⁴



Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 15/04/2022.

Figura 8. Teatro Pireneus²⁵



Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 15/04/2022.

²⁴ Sua fachada originalmente em estilo neoclássico foi alterada em 1936 para o estilo art déco pois foi tudo o que restou do edifício quando seu telhado ruiu com o abandono do local durante a década de 80. Construído pelo padre Santiago Uchôa, em 1929, hoje funciona como espaço teatral, cinema, galeria e apresentações musicais. Está localizado na Rua Direita, uma das mais bem conservadas de Pirenópolis com seu casario. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

²⁵ Construído em 1899, ao lado da Praça da Matriz, por Sebastião Pompeu de Pina em estilo eclético com elementos do colonial e do neoclássico. Foi restaurado nas comemorações do seu centenário com o desenho e estruturas originais preservadas sendo acrescentados espaços de apoio como camarins e depósitos. O fundo do teatro se liga ao cinema através de seus quintais formando um entroncamento cultural com pequeno palco ao ar livre para apresentações. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

Figura 9. Casa de Câmara e Cadeia²⁶

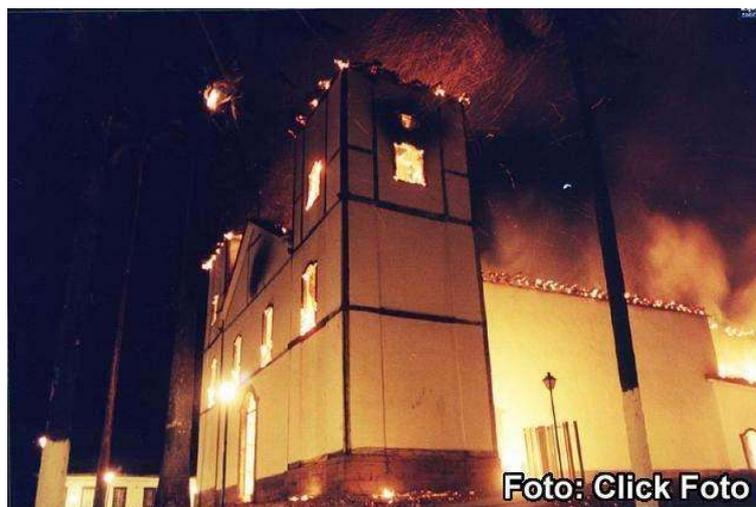


Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 15/04/2022.

Em 5 de Setembro de 2002, por motivos de infraestrutura, um grande incêndio destruiu praticamente toda a igreja. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), juntamente com a sociedade local, governo e entidades de preservação do estado de Goiás, apoiaram a restauração e a reinserção do monumento histórico na paisagem da cidade. As obras começaram no ano de 2003 e a Igreja foi reinaugurada em 30 de março de 2006.

²⁶ Este monumento foi construído em 1919, como réplica idêntica à Casa de Câmara e Cadeia de 1733, a mais antiga do estado de Goiás, que ficava na Rua do Rosário, perto da Igreja Matriz. Está localizado em frente ao Rio das Almas próximo à Ponte de Madeira e tem dois pavimentos. Restaurado pelo Iphan, já foi adaptado com acesso para deficientes e abriga o Museu do Divino. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

Figura 10. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário durante o incêndio em 2002



Fonte: Disponível em <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico> Acesso em 12/04/2022.

Figura 11. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário durante a reconstrução após o incêndio de 2002



Fonte: Disponível em <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico> Acesso em 12/04/2022.

Em 1993 foi fundada a Sociedade dos Amigos de Pirenópolis (SOAP²⁷), uma organização não governamental constituída para proteger o patrimônio cultural da cidade. Foi a SOAP que gerenciou o trabalho de restauração da matriz.

A cidade de Pirenópolis (GO) também se preocupa com a preservação da paisagem ambiental. A cidade é cercada por morros e tem uma visão privilegiada deles. Situada aos pés da Serra dos Pireneus, o município goiano possui oito UCs (Unidades de Conservação). Parque Estadual da Serra dos Pireneus, Monumento Natural (Monumento Natural Cidade de Pedra), Área de Preservação Ambiental (APA dos Pireneus) e cinco RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural: Fazenda Arruda, Reserva Ecológica Vargem Grande, Fazenda Vagafogo, Santuário Flor das Águas e Santuário Gabriel. A prefeitura da cidade, juntamente com outros órgãos, têm criado leis para a preservação dessas áreas. Um planejamento necessário e importante por parte da gestão pública da cidade, que segundo Yázagi (1999):

Ao se produzir um espaço para ser consumido como lugar turístico, se não houver um planejamento focado para o turismo sustentável, destrói-se, dessa forma, as próprias condições que deram origem a este produto, essa mercadoria, que tanto é parte da indústria como do setor de serviços (YÁZIGI 1999, p.55).

A construção de uma imagem de cidade histórica e ecológica deu visibilidade nacional e até internacional a Pirenópolis. Além dos milhares de turistas que a visitam, ela foi cenário de filmes nacionais (como o Tronco, filmado em 1998) e de novelas (como a Estrela Guia, Globo, 2001). Além disso, a sua mais importante manifestação cultural, as Cavalhadas, foi tema da escola de samba carioca Viradouro em 1996, e, em junho de 2005, o combate entre mouros e cristãos foi representado em Chantilly, França – um curioso caso de uma tradição ‘fora do lugar’.

²⁷ A primeira reunião da Sociedade dos Amigos de Pirenópolis (SOAP), aconteceu em 1998, para discutir a captação de verbas públicas para reforma da Matriz, teatro, cinema e ponte do Carmo. Estiveram presentes: Altamir Mendonça, Emmanoel Jayme Lopes (Nelito), Sizenando Jaime Filho (Jaiminho), Deputado Federal Marconi Perillo, Embaixador Sérgio Amaral, Emílio de Carvalho (Milinho) e Luiz Armando Pompêo de Pina. A partir dessa reunião, conseguiram que a Petrobras financiasse todas as obras, e inclusive o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veio a Pirenópolis conhecer os feitos da SOAP. O Ministro da Comunicação, Sérgio Motta, visitou a cidade e prometeu verba para a construção de uma ponte de concreto ligando a Vila Matutina ao Bairro do Carmo, liberou o recurso e morreu logo em seguida. Tal ponte hoje é o principal tráfego de turistas que desejam atravessar o rio das Almas, e por isso leva seu nome em justa homenagem. (Site da cidade de Pirenópolis, consultado em 16/04/2022) Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br>

Nos anos 2000, a cidade foi usada como cenário para gravações da novela —Estrela Guia, da Rede Globo, e do filme —Os dois Filhos de Francisco, o que a tornou nacionalmente conhecida. Com influência do governo do Estado de Goiás e do município, foram desenvolvidos vários tipos de turismo: histórico, cultural, ecoturismo, gastronômico e de compras. A Agência Estadual de Turismo do Estado de Goiás (Agetur/GO) destaca que, a partir desses investimentos, Pirenópolis passou a ser um dos principais destinos do turismo da região por possuir uma beleza cênica patrimonial (SOBRINHO, 2008).

A cidade foi fortemente divulgada em revistas e anúncios, de modo que a atividade turística tornou-se a principal atividade geradora de emprego e renda na cidade.

Figura 12. Cavalhadas de Pirenópolis²⁸ - Festa do Divino Espírito Santo



Fonte: Disponível em <https://cidadedepirenopolis.blogspot.com/> Acesso em 18/04/2022.

3.2 - Dados Estatísticos de lugares tombados em Pirenópolis

Segundo o site do IPHAN são patrimônios tombados em Pirenópolis:

Igreja do Carmo/Museu de Arte Sacra do Carmo, Museu das Artes do Divino, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Teatro de Pirenópolis, Casa de Câmara e Cadeia, Cine Teatro Pireneus, Ponte Sobre o Rio das Almas e Fazenda da Babilônia (IPHAN e IBGE, 2022).

Segundo Nuryanti (1996), existem relações entre o turismo e o patrimônio que são reveladas na contradição entre a modernidade e o tradicional, uma vez

²⁸ A cavalhada corresponde a uma sequência ritual prescrita, anualmente repetida. Ao longo de três tardes, os cavaleiros põem em cena a representação de uma luta que remete às históricas batalhas medievais entre mouros e cristãos, seguida de provas de habilidades. A dramatização da luta ocorre nos dois primeiros dias, que são considerados “de guerra” e convergem para a invariável vitória cristã, com o batismo dos mouros. No terceiro dia, realiza-se um conjunto de provas de destreza, momento de “confraternização” entre os cavaleiros.

que envolve interpretação, patrimônio construído em marketing, planejamento para o patrimônio e interdependências entre o turismo patrimonial e a comunidade local. O turismo de patrimônio, particularmente o patrimônio construído, é uma forma de turismo de interesse espacial caracterizada por dois fenômenos aparentemente contraditórios (único e universal) cada um com seus atributos específicos.

Todavia, a herança não deve ser abandonada. Ela é reinterpretada e recriada, é compartilhada por todos e construída em um contexto de valores sociais e culturais. Para que o turismo de patrimônio seja bem desenvolvido, é preciso uma boa governança, um bom planejamento para a gestão e a comercialização que atenda às necessidades dos visitantes, sem ferir a herança e o patrimônio local da população (NURYANTI, 1996).

De uma economia quase inteiramente fundada sobre a extração do ouro e depois dedicada por inteiro à agricultura e à pecuária, a antiga Meia Ponte voltou à produção mineral nos dias atuais com a extração do quartzito, a pedra de Pirenópolis; esta concorre com o gado, o cereal e o turismo para ser o principal produto da economia local (CURADO, 1980) “O turismo é uma atividade econômica, cultural e social que surgiu no século XIX, no contexto da Revolução Industrial” (TRIGO, 1998, p.13), em Pirenópolis a atividade só começou a se desenvolver no século XX, por volta da década de 1970, quando os primeiros visitantes, os chamados ‘hippies’, começaram a frequentar a cidade e seus atrativos.

Desde a sua fundação em 1727, até os dias de hoje, a cidade é caracterizada por quatro ciclos, de acordo com o Portal do Turismo de Pirenópolis (PTP), e que foram adaptados nesta pesquisa e assim divididos: Ciclo do Ouro (1727 – 1800); Ciclo da Agricultura e do Comércio (1800 – 1930); Ciclo da Pedra e da Arte (1930 - 1989) e Ciclo do Turismo (1989 - 2018). No dia 22 de novembro de 1989, Pirenópolis foi tombada pelo IPHAN como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico e, a partir de 1997, foram iniciados projetos de refuncionalização do Centro Histórico. Desde então, o turismo passou a ser fortemente impulsionado pelos governos estadual e municipal e, atualmente, representa a principal atividade econômica do município (PTP, 2022).

Existem diversas observações a serem seguidas nas áreas tombadas, uma delas orienta o proprietário a procurar o IPHAN antes de fazer qualquer reforma

para que sejam passadas orientações, a lei vale tanto para os casarões antigos quanto os novos. Sendo autorizadas ou não, de acordo com cada projeto. Dentre os benefícios que podem ser notados com o tombamento, pode-se destacar a valorização e o aumento da visibilidade da cidade em âmbito nacional e a restauração de bens da cidade, como foi o caso do teatro, do cinema, da ponte sobre o Rio das Almas, da Igreja do Bonfim, que neste momento passa por mais um restauro. Outro ponto positivo do tombamento foi a mudança da iluminação do centro histórico, utilizando fiação elétrica subterrânea, os postes de luz foram trocados por lampiões com lâmpadas amarelas, dando um toque mais charmoso às ruas da cidade.

O tombamento do centro histórico da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1989, trouxe uma conseqüente intensificação do turismo, que faz com que a população dobre nos finais de semana prolongados pelos feriados. Vale ressaltar que, em 1965, a Fazenda Babilônia foi tombada pelo IPHAN e, a partir de 1997, foi aberta à visitação, sendo hoje um dos maiores atrativos histórico-culturais da cidade.

Figura 13. Fazenda Babilônia



Fonte: Disponível em <https://fazendababilonia.com.br> Acesso em 12/04/2022.

Simultaneamente a essas transformações, o turismo começou de forma tímida e espontânea por volta da década de 1970, atraídos pelas belezas naturais, culturais e históricas, os turistas encontraram uma cidade bucólica, com seu cenário arquitetônico preservado e que juntamente com as melhorias das estradas intensificou as atividades turísticas.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens (portal.iphan.gov.br).

Em 1990, quando a cidade contava com cerca de oito pousadas, foi inaugurada em Pirenópolis a Pousada dos Pireneus, considerada um grande empreendimento para a época, sua estrutura era composta por 84 apartamentos, a pousada foi recebida com desconfiança, sua construção “foi marcada por vários protestos da população local e de ambientalistas, que se preocupavam com a poluição do rio causada pelo despejo de dejetos do empreendimento” (LEÃO, 2012, p. 20).

No cenário nacional, é importante destacar a implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criado em 1994, de iniciativa do Governo Federal e cujo enfoque territorial visava o planejamento participativo e a gestão local do turismo dos municípios para que desenvolvessem suas localidades. Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo para o desenvolvimento turístico regional, que passou a ser responsável pelo estabelecimento da Política Nacional do Turismo (Lei nº 11.771/2008). Desde 2007, Pirenópolis faz parte dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional definidos pelo MTur e, que desde 2015, classifica Pirenópolis dentro da categoria A no Mapa do Ministério do Turismo Brasileiro (MTUR, 2022).

A partir do tombamento, a cidade passou a receber investimentos do governo federal, estadual e municipal para o desenvolvimento dos atrativos do patrimônio histórico, cultural e natural da localidade. Desde 2003, o município integra o quadro dos Destinos Indutores do Programa de Regionalização do Turismo. Com o aumento do fluxo de turistas, dos meios de hospedagens e dos

empregos gerados pelo setor, em 2015, o município recebeu categoria A no Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2022)

Um imóvel tombado pelo patrimônio histórico não se torna propriedade do governo federal, de modo que o IPHAN apenas promove a fiscalização e a orientação visando à proteção do bem patrimonial (CARVALHO, 2018). Quando um bem é tombado, qualquer serviço de manutenção, construção ou reforma nos imóveis, modernos ou antigos, deve ser realizado mediante autorização do IPHAN. Com isso, as questões referentes ao uso indevido de publicidade; toldos; ocupação de passeios públicos para expositores, mesas e cadeiras; ocupação de logradouros públicos; e controle de som; estão sujeitas às normas quanto às dimensões, modelos e materiais utilizados.

O Ciclo do Turismo foi marcado pelo tombamento de Pirenópolis como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, em 1989. A partir do tombamento, o poder público, em parceria com a iniciativa privada, passou a investir na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo.

Outra questão importante foi a instalação, em 2002, de barreiras de madeiras nas ruas do Centro Histórico, uma iniciativa do IPHAN e da Prefeitura Municipal que tem o intuito de evitar o trânsito de ônibus e caminhões em determinados locais. A justificativa do IPHAN (2018) é que ônibus e caminhões pesados devem evitar transitar no Centro Histórico, pois provocam rachaduras e goteiras nos casarões e monumentos podendo comprometer suas estruturas. A Rua Direita, por exemplo, é a mais antiga da cidade e teve muitos casarões modificados.

Figura 14. Barreiras de Madeira na Rua Direita



Fonte: Internet Acesso em 12/04/2022.

A Rua do Lazer é um atrativo da cidade e potencial local de comércio, encontros, festas, shows e gastronomia, vale ressaltar que seu nome original é Rua do Rosário, mas teve um novo uso do seu território que foi sendo ressignificado e transformado material e imaterialmente no espaço ao longo do tempo pelo turismo.

A população urbana residente, de 4.959 habitantes em 1970, atingiu 12.475 em 2000, 15.563 em 2010 e 25.218 em 2021 (IBGE, 1980, 2000, 2010 e 2021) constituindo-se, no momento, não só de pirenopolinos vindos da zona rural, bem como de migrantes de várias localidades. Aliás, a população da cidade aumenta nos finais de semana, feriados e períodos de festas tradicionais graças aos moradores temporários proprietários de casas em Pirenópolis e o fluxo de turistas. Do ponto de vista da dinâmica da organização do espaço geográfico da área urbana.

Há doze anos, Carvalho (2010) já alertava para o crescimento desordenado,

Hoje, Pirenópolis, valorizada pelas tradições, turismo e bucolismo preservados à custa de isolamentos passados, é ameaçada por excessos populacionais e crescimento desordenado. Futuro paradoxal para aquela pequena cidade do sertão do Goiás que se destacou pelos feitos culturais e econômicos do Brasil colônia (CARVALHO, 2010, p. 15).

Atualmente, a cidade permanece crescendo e apresentando transformações no entorno com aumento de propriedades privadas e com movimentos da população local para as áreas rurais.

A cidade encontra-se composta atualmente pelos bairros do Centro, Bonfim, Carmo, Vila Matutina e Vila Zizito Pompeu (IBGE, 2021), porém, cabe aqui ressaltar que no lugar da Vila Zizito Pompeu, os pirenopolinos reconhecem o Alto da Lapa como sendo um dos cinco bairros da cidade. Carvalho, em sua obra intitulada Pirenópolis Coletânea 1727- 2000 História, Turismo e Curiosidades, publicada em 2000, comenta sobre a inexistência de alguns bairros, “percebe-se em 1966, a ausência dos bairros do Alto do Bonfim, Vila Matutina, Alto do Carmo, Jardim JK, Alto da Lapa e Vila Zizito Pompeu” (2000, p.24), as transformações ocorridas no cenário espacial de Pirenópolis, em um período de 53 anos foram mais intensas que as realizadas durante todos os seus 248 anos passados.

3.3 - Estrutura e organização do espaço físico, administrativo e pedagógico da COEPI

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhecem suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1970).

Figura 15. Entrada comunidade educacional de Pirenópolis- COEPI



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022.

Nos anos 1990, muitas associações se formaram em Pirenópolis, relacionadas ao turismo e à cultura. Mas algumas, em especial, se destacam, pois são responsáveis por consideráveis transformações no cotidiano do pirenopolino, como A SOAP, APLAM (Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música), ACVP, Instituto Pireneus, Associação Meya-Ponte, Associação das Cavalhadas (AC), o Grupo Renascer e a COEPI que vêm estabelecendo parcerias com instituições políticas, tais como o IPHAN, a AGEPEL e AGETUR. Assim, os agentes atuam

tanto no âmbito na sociedade civil como na esfera da política e em parceria com ela.

A Comunidade Educacional de Pirenópolis - COEPi²⁹ é um espaço para a vivência de valores ubíquos como a ética, o respeito às diferenças e a participação comunitária. Hoje, a COEPi firmou-se como centro de educação complementar ao ensino formal visando a preservação, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental de Pirenópolis. Privilegia a arte e a ecologia como caminho para transformação da sociedade e para a inclusão social. Fundada em 11 de outubro de 1996, na cidade de Pirenópolis-GO, por um grupo de pessoas que vieram morar nesta cidade, e estavam preocupadas com a educação dos seus filhos. Até a aquisição e construção de sua sede, que ocorreu no ano de 1999, eles atuavam em parceria com as escolas, realizando palestras e oficinas. Suas principais atividades eram voltadas para a educação complementar e envolvia temas diversos como reciclagem, meio ambiente, e artes em geral.

A COEPi é uma Associação sem fins lucrativos que desenvolve atividades educacionais e culturais complementares ao ensino formal, visando a ocupação e a capacitação de crianças, adolescentes e adultos da comunidade local (ABREU, 2005).

Atualmente a sede da COEPi conta com um espaço de três mil metros quadrados, onde foram construídas quatro salas (Ipê, Pequi, Baru e Oca da Terra) e um coreto. Na sala Ipê funciona a secretaria e uma pequena biblioteca. Na sala Pequi, funciona o estúdio multimídia. A sala Baru é voltada para as atividades coletivas, como aulas de Yoga, Dança, Capoeira, entre outras. Na sala Oca da Terra funciona um mini museu do Cerrado, com exemplos da fauna e flora da região. Além das salas ainda há um campo de areia para atividades esportivas, espaços para reciclagem e reaproveitamento da água, um forno para cerâmica, e um espaço chamado de Núcleo de Agroecologia, com a proposta de desenvolver tecnologias de conservação e melhoramento de solo, utilizando técnicas naturais - compostagem, minhocário, curva de nível e adubação verde.

A Oca da Terra é o museu de ciências da COEPi, inaugurado no dia 01/08/2011, o qual possui uma exposição permanente,

²⁹ Essa associação possui um site atualizado e muito bem organizado, no qual é possível ter acesso a diversas informações, como o histórico detalhado, a equipe responsável, oficinas, projetos, eventos, e prêmios recebidos, entre outros. O endereço é: <http://coepi.org.br>

interdisciplinar, com um resumo da história do planeta Terra, indo do universal ao local, com suas rochas, relevo, vegetação e animais, incluindo os seres humanos. Construído e equipado com apoio do Prêmio PIPS-FIES/Itaú-Social (2010) e depois do FAC-Goiás (2015), a Oca da Terra vem se tornando um espaço referência de educação científica, ambiental e cultural em Pirenópolis e região, atendendo principalmente grupos das escolas públicas locais e escolas privadas de Brasília, Goiânia e Anápolis (Site COEPI).

Figura 16. Oca da terra na COEPI - Interior e Exterior



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Figura 17. Oca da terra na COEPI



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Figura 18. Sala Ipê



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Figura 19. Sala Pequi



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Figura 20. Sala Baru



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Figura 21. Coreto



Fonte: Disponível em <http://coepi.org.br/> Acesso em 15/04/2022

Pelo site da COEPI é possível verificar que, na Oca da Terra, oito ciências-temas são expostas, são elas: astronomia, geologia, paleontologia, botânica, zoologia, ecologia, antropologia e história, todas elas focadas na Região dos Cerrados, particularmente na Serra dos Pireneus de Goiás.

Na sessão sobre astronomia, modelos demonstram o tamanho relativo dos planetas do Sistema Solar. Na geologia a coleção de rochas e minerais brasileiros revela um pouco da riqueza e beleza geológica do nosso país e auxilia na explicação dos processos que formaram a Pedra-de-Pirenópolis e a Serra dos Pireneus de

Goiás. Na paleontologia, amostras de fósseis de diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, ajudam a contar a história da vida no planeta Terra. Na botânica, folhas, flores e frutos nativos demonstram a diversidade da flora dos Cerrados, um dos biomas mais ricos e mais ameaçados do mundo. A sessão de zoologia inclui coleções de mamíferos, répteis, moluscos e artrópodes da região, além de coleções de corais, equinodermos e moluscos marinhos. Painéis com textos educativos procuram sensibilizar os visitantes sobre a importância do equilíbrio ecológico e as ameaças à fauna dos Cerrados, tais como: desmatamento, fogo, caça, atropelamento e preconceitos contra certos animais como morcegos, aranhas e serpentes. Na ecologia são expostas relações importantes entre os seres vivos e o meio ambiente, resultando em diversos serviços ambientais como a polinização, a produção de alimentos, o controle biológico de pragas, a fertilização dos solos, etc...na antropologia, utensílios, ferramentas, armas e objetos de decoração, ilustram o modo de vida dos indígenas brasileiros. A exposição termina na sessão sobre história, onde o enfoque está no surgimento de Pirenópolis, nos ciclos do ouro e da cana-de-açúcar e no patrimônio cultural existente. Complementando a exposição da Oca da Terra, a COEPi possui vários outros espaços para uma educação ambiental dinâmica e interativa.

No Mural da Vida uma série de pinturas conta a história do surgimento do Universo, do planeta Terra e da vida. No Sítio Arqueológico-Paleontológico os visitantes podem conhecer um pouco da pré-história brasileira e escavar uma réplica de tigre-dente-de-sabre; no Espaço Demonstrativo de Agroecologia são ensinadas técnicas de conservação de solo e de cultivo orgânico. Além da visita, a COEPi oferece diversas Oficinas Artísticas e Ambientais voltadas para a comunidade local e para visitantes de Pirenópolis.

Considerações Finais

Chego ao final deste trabalho com a tranquilidade de que não medi esforços em realizar esta pesquisa, porém, com a certeza de que o material que tenho em mãos me possibilitará uma pesquisa muito maior. Muitas perguntas ainda podem ser feitas às fontes, muitas respostas ainda podem ser encontradas.

A ideia de realizar este projeto originou-se da necessidade de buscar uma fundamentação teórica que norteasse projetos de Educação Patrimonial em lugares não formais, que ocorressem fora do ambiente escolar. Os bens patrimoniais de uma cidade possibilitam que a escola desenvolva diferentes dimensões do conteúdo, ganhando com isso um forte potencial de aprendizagem se trabalhados de forma integrada (escola – cidade), mas observamos que os espaços educativos não formais são ainda pouco utilizados pelas escolas.

Essa visão vai ao encontro do lugar da Educação Patrimonial defendido pela COEPI. Concluímos que a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade, destacando, entretanto, sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Quando presente na fase de escolarização básica de crianças, jovens/adolescentes ou adultos, como pode ser observado em vários movimentos e projetos sociais citados, ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar – chamada por alguns de escola integral. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

A educação não formal tem um espaço próprio, a questão da formação da cidadania, de uma cultura cidadã, da emancipação, da humanização. A questão da cidadania não se restringe ao ato de votar. A educação não formal ultrapassa processos de escolarização, tem a ver com o comportamento dos indivíduos em diferentes espaços da vida. Ainda falta muito para se atingir efetivamente seus objetivos e se transformar em programas de formação dos cidadãos (as).

Como exemplo de processo de aprendizagem via a educação não formal e os movimentos sociais, citamos a COEPi, que hoje é um espaço para a vivência de valores universais como a ética, o respeito às diferenças e a participação comunitária. Hoje, a COEPi firmou-se como centro de educação complementar ao ensino formal visando a preservação, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental de Pirenópolis. Privilegia a arte e a ecologia como caminho para transformação da sociedade e para a inclusão social. É importante destacar o papel da Educação Patrimonial enquanto proposta metodológica que utiliza o Patrimônio Cultural como recurso, para o reconhecimento da comunidade de seu patrimônio. Ao mesmo tempo em que se configura como um subsídio provocador de novos olhares, contribui para a recuperação da identidade, bem como para valorização e preservação do patrimônio da cidade.

A Educação e a Cultura são os domínios nos quais mais teve impacto, uma vez que a própria criação da COEPi teve como preocupação a educação complementar. Suas ações incluem muitas oficinas gratuitas, de dança, capoeira, circo, multimídia, meio ambiente, entre outras, além de realizar constantemente palestras e cursos de capacitação para professores da rede pública.

Dessa forma, a Educação Patrimonial vem como uma base para que a comunidade se insira como aprendiz na perspectiva histórica e de identidade do grupo social a que pertence. O trabalho de conscientização da população é muito importante, pois os nativos são o cartão de visitas de uma localidade. Para tanto, é preciso analisar as razões culturais, educativas e sociais que justificam o uso da riqueza monumental. A preservação do Patrimônio Cultural garante o direito à memória individual e coletiva e permite aos indivíduos entender o universo sociocultural em que estão inseridos. Para identificar e valorizar é preciso preservar o patrimônio, e, para preservar, é preciso conhecer. E esse conhecimento pode ser obtido através da Educação Patrimonial, bem como estimula e conscientiza a

comunidade a adotar atitudes de preservação do patrimônio que se encontra ao seu redor, entendendo por patrimônio os bens de ordem natural, material e intelectual.

Conclui-se esta dissertação com algumas rápidas reflexões sobre a importância da Educação Patrimonial como elemento capaz de ajudar a recuperar a memória e a identidade local, de sensibilizar a comunidade para seus valores culturais, despertando sua identidade. Conclui mostrando também a importância da educação em lugares não formais e mostrando o trabalho realizado pelo COEPI que nos mostra a importância tanto da educação patrimonial como da educação em lugares não formais, mostrando que a educação traz benefícios onde quer que ocorra.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lunildes de Oliveira. Artesa: entrevista [30 mar. 2005].

ABREU, Regina. Performance e patrimônio intangível: Os Mestres da Arte. In: BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.

BERTRAN, Paulo. In: O Popular, Goiânia, 7 de setembro de 2002. Biblioteca Municipal de Pirenópolis.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Divino, O Santo e A Senhora**. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978, p. 16.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: UFG, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

CARTA de Atenas II. 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15/03/2022.

CARTA de Atenas. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15/03/2022..

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis**. Coletânea 1727-2000. História, turismo e curiosidades. Pirenópolis: Kelps, 2001.

CARVALHO, Adelmo de. **Pirenópolis**: coletânea 1727-2000 – História, turismo e curiosidades. Goiânia, Kelps, 2ª edição, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Mário César Gomes de, Pirenópolis: Análise das opções para o desenvolvimento local. In: Economia Goiana: **Cidades**. Vol I. UEG, Anápolis, 2008.

CAVALCANTE, Silvio; CAVALCANTE, Neusa. **Barro, Madeira e Pedra**- Patrimônios de Pirenópolis. 2 ed. Brasília. IPHAN, 2019.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **A Conferência da Paz de Haia 1907**: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v. 13, n. 2, 2007. p. 207-224. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033>

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In TOLENTINO, AZtila B. (Org.). Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades. **Caderno Temático de Educação Patrimonial**, n. 3. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p 27-31, 2013.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: Museologia Social. **Cadernos do Ceom**. a. 27, n. 41. Chapecó : Unochapecó , p. 9-22, 2014.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado, Estação Liberdade: UNESP, São Paulo, 2001.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

COEPI. Institucional. **Comunidade Educacional de Pirenópolis**. Disponível em:
Acesso em: 15/03/2022

COOMBS, Philip Hall; PROSSER, Roy; MANZOOR, Ahmed. **New paths to learning for rural children and youth**. New York: International Council for Education Development, 1973. 133 p.

CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis uma cidade para o turismo**. Goiânia: Oriente, 1980.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ENCINAS, J.I.; NÓBREGA, R.C.; COUTO JUNIOR, A.F. Sugestão de criação de uma área de preservação ambiental na região do Ecomuseu do cerrado. **Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer**. 2004. 14: 22-35.

FARIA, R.L., JACOBUCCI, D.F.C., OLIVEIRA, R.C. Possibilidades de ensino de botânica em um espaço não formal de educação na percepção de professoras de ciências. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 13, n. 01, p. 87-104, Jan- Abr/ 2011.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: inventário participativo: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. “Educação Patrimonial: um processo de mediação”. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. CARVALHO, Aline Vieira. **Patrimônio cultural, diversidade e comunidades**. Campinas: Primeira Versão, 2011. p. 17-38.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época, v.1).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Ofício de Rodrigo Mello Franco de Andrade (Dphan) ao chefe da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá**, em 8 de março de 1944, ACI/RJ, AA02/M003/P 02/Cx. 0129/P 417.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 15/03/2022.

IPHAN. **Educação Patrimonial - Histórico, Conceitos e Processos 2014**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf fAcesso em: 28/02/2022

JACOBUCCI, D. F. C.; Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**: Uberlândia, v. 7, p. 55- 66, 2008.

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. 1. ed póstuma. Estado de Goiás, 1971.

JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas: ensaios genealógicos**. Vols. I a V, Goiânia: UFG, 1973.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. **Casas de Pirenópolis**. Goiânia: UCG, 2002.

KAMIL, MUSTOFA. **Looking again at non-formal and informal education towards a new paradigm**. Center for Research, 2007.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LAFER, Celso. **Conferências da Paz de Haia** (1899 e 1907). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2018.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias para a liberdade**: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: UFG, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNPM, 1985.

MEIRA & GAZZINELLI. **O Sistema Nacional de Cultura**. Oficinas do Sistema Nacional de Cultura. Organização: Lia Calabre. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. p. 11 – 26.

MOLL, J. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. Pátio: **Revista Pedagógica**, Editora Artmed, Porto Alegre, v.8, n.51, ago./out., 2009.

MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina (org). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 9-12.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-46.

NIGRO C (2001) **Territórios do patrimônio**. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NURYANTI, Wiendu. Heritage and postmodern Tourism. Gadjah Mada University, Indonesia Annals of Tourism Research, Vol. 23, No. 2, pp. 249-260, 1996.
Rodrigues. Pirenópolis, 2005. 1 cassete sonoro;

SILVA, J. S. R; [et al.]. Os (des)caminhos da educação: a importância do trabalho de campo na Geografia. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 12, n.3, p.187-197, set/dez 2010.

SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino**: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988). Goiânia, AGEPEL, 2001, 229p.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.

STUDART, D.C. **The perceptions and behavior of children and their families in childorientated exhibits**. 2000. Tese (Doutorado)-Museum Studies Department, University College London, London. 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009

YAZIGI, E. **Civilização urbana: planejamento e turismo**. São Paulo: Contexto, 2003. Organização Mundial do Turismo – www.wto.org.br